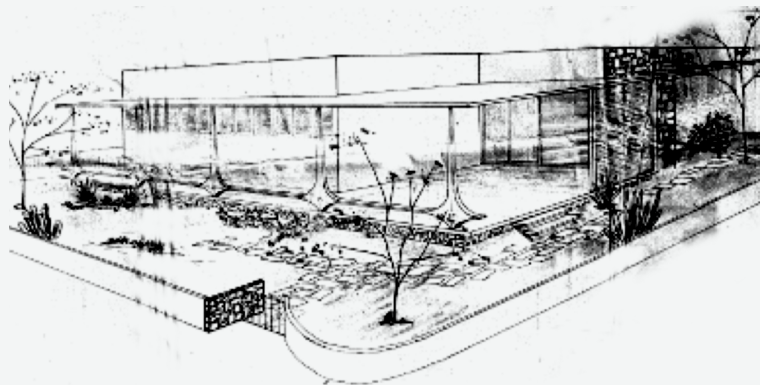


QUE ROBERTA XAVIER DA COSTA MODERNIDADES SÃO ESSAS?

Estudo da arquitetura moderna
da Paraíba nas casas da orla
marítima de João Pessoa
(1960 a 1974)



QUE **ROBERTA XAVIER DA COSTA** MODERNIDADES SÃO ESSAS?

Estudo da arquitetura moderna
da Paraíba nas casas da orla
marítima de João Pessoa
(1960 a 1974)

As informações contidas neste livro são de inteira responsabilidade do autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, Campus João Pessoa

C837q Costa, Roberta Xavier da.

Que modernidades são essas? Estudo da arquitetura moderna da Paraíba nas casas da orla marítima de João Pessoa (1960 a 1974) / Roberta Xavier da Costa ; prefácio de Sônia Maria de Barros Marques. – João Pessoa : IFPB, 2017.

108 p. : il.

ISBN 978-85-63406-92-7

1. Arquitetura moderna – Paraíba. 2. História –casa moderna. 3. Análise vitruviana. 4. Casas do período 1960 -1974. 5. Casa de praia – João Pessoa. I. Título.

CDU 72.03(813.3)

Catálogo: Lucrécia Camilo de Lima – CRB 15/132.

Copyright © 2017 Roberta Xavier da Costa

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Eline Neves Braga Nascimento

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLÓGICA DA PARAÍBA

Cícero Nicácio do Nascimento Lopes

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Mary Roberta Meira Marinho

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Francilda Araújo Inácio

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E INTERIORIZAÇÃO

Manoel Pereira de Macedo

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Vânia Maria de Medeiros

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Marcos Vicente dos Santos

DIRETOR EXECUTIVO

Carlos Danilo Miranda Regis

CAPA

Adino Bandeira

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Wanessa Paiva Sobral

REVISÃO DE ARTE GRÁFICA

Adino Bandeira

REVISÃO DE TEXTO

Luciana Cabral Farias

Tamires Ramalho de Sousa

GRÁFICA

São Mateus

Para Omar, Mariah e Ângelo.
Sempre!

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que foram importantes na jornada inicial da pesquisa de mestrado eu dediquei palavras de gratidão no texto da dissertação e sou e serei sempre grata por compartilharem comigo palavras, risos e “figurinhas”.

Agora, nesta publicação de resultados, reitero essa gratidão em especial:

Aos funcionários do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa;

A minha orientadora Sônia Marques;

A meu irmão Robson Xavier da Costa pela parceria intelectual;

A todos os proprietários das casas visitadas;

Aos arquitetos Mario Glauco Di Lascio e sua filha Raphaela Di Lascio, que sempre com tão boa vontade me receberam em seu escritório;

Aos arquitetos Berenice Fraga do Amaral e Antônio José do Amaral e Silva, por disponibilizarem o seu acervo para consulta, por abrir seu escritório e as suas memórias;

Ao arquiteto Gilberto Guedes, por me proporcionar o contato com seus pais e viabilizar as visitas;

Ao IFPB e a todos os meus colegas do Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores, principalmente a Aarão Araújo Junior.

PREFÁCIO

Na vida de professor, os momentos em que recebemos algum presente, para não ousar dizer uma recompensa, tornam-se cada vez mais raros. A orientação da dissertação de Roberta Xavier, fonte deste livro, ofereceu-me vários momentos desta natureza. Foi uma viagem, uma aventura descobrir com ela a riqueza do patrimônio moderno residencial da orla marítima de João Pessoa. De lambuja, a autora ofereceu-me um presente maior: este prefácio.

Sinto-me, assim, no dever de antecipar aos leitores, sem tirar o gosto da aventura, um pouco da joia rara com a qual vão se deparar. Estou na estrada da arquitetura moderna e residencial no Brasil há muito tempo. Há, sem dúvida, trabalhos muito importantes feitos sobre o tema. Mas, em grande parte, esses trabalhos seguiram uma trilha a partir das mesmas fontes: do livro fundador de Yves Bruand sobre arquitetura moderna no Brasil, lançado em 1971, passaram para a contribuição complementar de Hugo Segawa (2002), levando em conta as importantes observações de Carlos Eduardo Comas. Ou seja, em geral, com Bruand aceita-se que a arquitetura moderna residencial brasileira recebeu o modelo europeu ou o norte-americano, adaptando-os às condições locais, culturais, técnicas e climáticas; com Segawa (2002), tenta-se trazer à tona as modernidades ignoradas por Yves Bruand; e, com os estudos de Comas, que assinalaram o processo de ampliação de vocabulário e da sintaxe da arquitetura moderna feito por Oscar Niemeyer, indica-se elementos de adaptação, como o telhado borboleta, brises e outros.

Porém, mais recentemente (2006), o próprio Comas admite que a história da arquitetura residencial modernista estaria inconclusa. Admite, também, que a paleta da arquitetura moderna desde os anos 1930 se diversifica em materiais e texturas, que a arquitetura moderna se apresenta inclusiva, dando vários exemplos brasileiros para provar essa diversidade, a qual é demonstrada com soberania no universo de casas da orla marítima de João Pessoa, tal como selecionado por Roberta Xavier.

O livro que ela nos oferece, no entanto, peca pelo muito. Há pelo menos dois livros dentro dele. Coisa nossa de nordestino – talvez tenhamos sempre que falte coisa à mesa. É sempre melhor sobrar do que faltar, aprendemos – donde um medo ancestral da penúria.

A autora nos oferece, assim, em primeiro lugar, uma revisão da historiografia, livro número um [PARTE 1]. Retomando os ditos na historiografia internacional e nacional, ela não se contenta com as generalizações e vai buscar a comprovação nos objetos, nas edificações, nas casas emblemáticas sempre citadas. O esquema que apresenta do caminho historiográfico percorrido, por si só, servirá de ponto de partida para estudos futuros. E a análise dos projetos que leva a uma primeira conclusão inovadora, e quase petulante, convida, sem dúvida, a outros estudos. De fato, constata a autora, por exemplo, na página 41, que o teto-jardim

[...] aparece mais nas casas brasileiras que nas internacionais, fato que parece contradizer a insistência da literatura sobre o zelo de nossos projetistas em relação à adequação ao clima, uma vez que esse elemento propagado como marcante da modernidade é sempre citado como pouco adequado às condições climáticas locais.

O livro número dois [PARTE 2], entretanto, aparece-me como ainda mais instigante por duas razões. Em primeiro lugar, pela riqueza documental. Muitos arquitetos terão nele a oportunidade de ver seus projetos pela primeira vez ali ilustrados e analisados. E, mesmo os arquitetos que já foram estudados alhures, receberam da autora um tratamento analítico rico e original. Mas a segunda e maior razão do meu carinho especial é que tenho certeza de que o conteúdo deste livro pode interessar a um público mais amplo que aquele circunscrito ao mundo de arquitetos e designers.

Toda a riqueza das informações imagéticas e textuais inéditas ali contidas precisam ser levadas aos demais profissionais, ao cidadão comum. Essa rica documentação merece um desdobramento e, talvez, um tratamento acompanhado de um suporte lúdico, quem sabe até acompanhado de um material visual para as escolas. Finalmente, é de nosso patrimônio moderno que estamos tratando.

Na coordenação da ONG para Documentação e Conservação do Movimento Moderno – DO.CO.MO.MO Brasil –, onde me encontro atualmente, ao mesmo tempo em que parabenizo a autora pela realização deste livro, agradeço a oportunidade de prefaciá-lo. Mas findo com o desafio, provocando a autora – e igualmente patrocinadores: Quem sabe no nosso próximo congresso nacional, sejamos brindados com esse desdobramento que sugiro acima? Um vídeo, uma animação...?

Parabéns, Roberta. E obrigada.

Sônia Maria de Barros Marques

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PARTE 1	
CASA MODERNA	
... na historiografia	21
... na análise vitruviana	39
PARTE 2	
CASAS E MODERNIDADES NA ORLA DE JOÃO PESSOA	
1950 e um pouco antes...	47
Casas de 1960	57
Casas de 1970	69
Nossas modernas casas das praias de João Pessoa	87
CONCLUSÕES	91
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

Para a formação teórica do Designer de Interiores, no Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores (CSTDI) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), é necessário, nas disciplinas *Cultura Brasileira*, *História do Mobiliário*, *História da Arte e da Arquitetura* e *História do Design*, que os conteúdos acerca de arquitetura moderna no mundo, no Brasil e também na Paraíba sejam estudados. Porém, é frequente a queixa, tanto de alunos como de professores, da dificuldade de acesso a publicações que retratem a produção regional e local sobre esse tema. Mesmo sabendo que, no âmbito das pesquisas acadêmicas – desenvolvidas como dissertações, teses ou projetos de iniciação científica –, já exista um número considerado no que diz respeito à história da arquitetura na Paraíba, a difusão desses conhecimentos ainda é restrita. Em especial, há um déficit de conhecimento por parte dos alunos sobre patrimônio arquitetônico moderno e seus atores, especificamente sobre João Pessoa e em períodos históricos mais recentes.

Considerando essa lacuna, surgiu a ideia de compilar, neste livro, partes da nossa pesquisa de mestrado, *Casas Modernas na Orla Marítima de João Pessoa (1960 a 1974)*. Este, sem dúvida nenhuma, será uma grande ferramenta de apoio didático para as disciplinas teóricas do Curso Superior de Tecnologia em Design de Interiores e para o campo de pesquisas em *Metodologia e Análise do Projeto*, áreas que são pertinentes à atuação de projetistas (Designers, Arquitetos, Técnicos, Engenheiros etc.).

Essas informações serão úteis não apenas para os profissionais em formação mas também para os profissionais já atuantes no mercado, uma vez que, como agentes e atores

da cultura, tanto o Designer de Interiores quanto o Arquiteto são chamados a intervir em imóveis que muitas vezes têm caracterizações da Arquitetura Moderna. Daí a necessidade de que se conheça o que importa de fato preservar ou ressaltar.

Foi justamente em uma situação de atuação profissional que surgiu a motivação para a realização de uma pesquisa sobre as casas modernas da orla marítima de João Pessoa. Recebi a solicitação de realizar o levantamento físico e a documentação do projeto arquitetônico, com fins de regularizar, junto ao Patrimônio da União, a residência Hermes Pessoa.

Construída em 1957, pelo engenheiro civil Oswaldo Fontes, não havia documentação no acervo do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa (ARCEN/PMJP), e os proprietários tinham intenção de vender o imóvel: uma casa térrea, localizada na praia do Cabo Branco, na avenida beira-mar, que se transformaria em mais um edifício multifamiliar (Figura 1).



Figura 1

Residência H. P. na
Av. cabo Branco

Fonte: Dados da pesquisa

Essa prestação de serviço, atividade simples e corriqueira no cotidiano de um profissional arquiteto, teve um grande

impacto sobre mim: quando criança, eu vi, pela primeira vez, a praia, visitando os antigos proprietários da casa. Agora, como adulta, minha formação profissional identificava essa residência como um testemunho da modernidade local, e o anúncio do seu óbito foi o início de um caminho de muitas reflexões.

Era mais uma residência que desapareceria sem que ficasse nenhum registro ou avaliação dessa arquitetura, o que felizmente não se concretizou¹. O desaparecimento de casas modernas faz parte da transformação da imagem das cidades, e é mais facilmente perceptível nos bairros residenciais privilegiados, como as orlas marítimas urbanas, a exemplo do que ocorre nos bairros de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra. O acervo de casas modernistas remanescentes, quando estudado e documentado, pode contribuir como material didático para profissionais que atuarão na área.

Os projetos utilizados para a realização da dissertação de mestrado que serviu como base para a elaboração deste livro foram identificados em pesquisa de campo e nos processos de “Habite-se”, no acervo do Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa. O mais antigo projeto de casa aparentemente moderna registrado na área em estudo datava de 1960. Este é o ano de constituição da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde apenas em 1974 será criado o Curso de Arquitetura². Definiu-se, assim, o recorte temporal – 1960 a 1974 –, período da feitura de uma modernidade por arquitetos exógenos, engenheiros, construtores e técnicos de edificações.

1 Após concluído o processo de regularização do imóvel, os herdeiros decidiram manter a casa que ainda permanece com o mesmo uso.

2 A primeira turma ingressa efetivamente em 1975, já existia a Escola Técnica, formando técnicos atuantes na construção civil.

Os exemplares foram selecionados utilizando como suporte autores que se especializaram na arquitetura residencial moderna brasileira³, que de uma forma generalizada, definem que essas edificações têm como características a vinculação ao lugar (relevo, clima e vegetação), através das implantações que liberam o edifício do solo (pilotis) e dos limites do terreno, a relação com o exterior que valoriza o jardim (paisagismo), e os mecanismos de controle climáticos (orientação em relação à insolação, ao uso de elementos de proteção solar, brise-soleil) (TINEM, 2006; LARA, 2001).

Essa arquitetura teria, ainda, vinculação com a tradição, associada a condições econômicas e sociais – resultado da revisão de elementos formais herdados do passado colonial (uso de venezianas, bandeiras, *muxarabiês*, gelósias coloniais, pátios internos, terraços cobertos e varandas) –, e prezaria pela inventividade dos projetistas brasileiros, sobretudo face às limitações tecnológicas e ao padrão artesanal dos canteiros locais, donde as soluções de coberta com telha em cerâmica colonial, sobrepostas diretamente sobre laje, inclinadas com a opção de telhados de quatro águas.

Outras características citadas pelos autores em destaque em relação à arquitetura residencial moderna brasileira é a distribuição dos ambientes em zonas distintas – relacionadas a funções e atividades –, jardins internos, áreas pergoladas, uso de

3 Definimos a lista de autores a serem estudados na pesquisa bibliográfica inicial, a partir de Tinem (2006) e Silva *et al* (1991); usamos os títulos disponíveis no acervo das bibliotecas da UFRN, UFPB e do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ: Acayaba (1986); Cavalcanti & Lago (2005), Conduru, (2003), Artigas (1981, 1989), Ferraz (1965), Niemeyer (2005), Papadaki (1961, 1950), Corbusier (1981, 2002), Frampton (1997), Freyre (1991), Frota (1993), Ragon (1986), Curtis (1982), Scully (2003), Zevi (1970, 1984, 1996), Weston (2002 e 2005), Chevrel (1997), Gorelik (2006), Hatjé (1980), Lemos (1999, 1979), Mafhuz (2002), Norwich (1976), Ortiz (1988, 1985), Peter (1994), Piñon (1998, 2006); Silva (1991); Moreira (2007).

materiais ao natural para marcar a diferenciação dos elementos estruturantes da construção.

Essas características são comumente utilizadas em salas de aula, pois estão difundidas em livros de história da arquitetura. Porém, quando o projetista se depara com a vivência real de uma intervenção, nem sempre essa literatura conduz à compreensão do que é de fato Arquitetura Moderna. É a fachada? A estrutura? O tipo de revestimento? Para responder a tais questionamentos, propõe-se, nesta pesquisa, uma metodologia de análise de projeto, o caminho teórico-metodológico que a fundamentou.

Considerando que a arquitetura é uma arte e que o objeto a ser analisado deverá ser atemporal, seguiu-se a tríade vitruviana, livremente interpretada. Marco Polião Vitruvius foi um arquiteto romano cujo tratado sobre arquitetura definiu diretrizes para uma qualificação de boas práticas de análise, atuação e projeção em arquitetura, baseada na tradição e na experiência da época⁴, nos termos da famosa tríade: *utilitas* (utilidade), *firmitas* (solidez) e *venustas* (beleza), ressaltando a importância do lugar, da escolha do bom local para construir. Retomando os estudos desse arquiteto, quinze séculos mais tarde, Alberti, como pensador do Renascimento, reorganizou os princípios, propondo uma nova tríade: *necessitas* (necessidade – similar a utilidade), *commoditas* (comodiidade – similar a firmeza e durabilidade) e *voluptas* (volúpia – similar a beleza, encantamento, sedução).

As análises dos objetos arquitetônicos aqui estudados serão realizadas segundo: aspectos do lugar; aspectos funcionais

4 O livro de Vitruvius, é um dos mais importantes (provavelmente o mais importante e proeminente) guia de arquitetura desde o império romano, orientando tanto a prática como a teoria em boas práticas projetuais e dando suporte para análise de objetos arquitetônicos independente do período e época que tenha sido executada a edificação. No Brasil, tem-se disponível a tradução de Julio Kantinsky: POLIÃO, Marco Vitruvio. Da Arquitetura. 1999.

e espaciais (*utilitas, necessitas – a utilidade ou uso*); aspectos construtivos (*firmitas, commoditas – solidez e comodidade*); e aspectos estéticos (*venustas e voluptas – a beleza*).

O resultado dessa análise foi organizado em duas partes. Na Parte 1 são apresentados ao leitor os atributos da casa moderna. Inicialmente, verifica-se a casa na historiografia da arquitetura moderna internacional, determinando suas características mais frequentemente destacadas, investigando os exemplares mais citados, inclusive de casas brasileiras, e cotejando, na medida dos dados disponíveis, os discursos e a iconografia. Em seguida, esse mesmo processo de observação é aplicado a uma lista de casas feita a partir da bibliografia especificamente consagrada à arquitetura moderna brasileira. Essa abordagem permitiu proceder à análise comparativa com a casa pessoense.

Na Parte 2, apresenta-se, primeiro, o contexto das casas modernas na orla marítima de João Pessoa e algumas considerações sobre o morar na praia. Depois, algumas das casas foram selecionadas e relacionadas ao seu respectivo período de construção. Por último, são feitas considerações analíticas sobre as casas modernas praianas na costa pessoense, comparando-as com exemplares internacionais e nacionais.

Finalmente, são apresentadas as conclusões, em que os achados da pesquisa são evidenciados, tentando responder às inquietações iniciais e à pergunta: ***“Que modernidades são essas?”***

PARTE 1

CASA MODERNA

... na historiografia

A primeira publicação celebrada sobre a casa moderna brasileira é a de Philip Godwin, lançada em 1943, com o título *Brazil Builds*, na exposição do MoMA em Nova York. Outro livro referência considerado também emblemático é *Arquitetura Moderna no Brasil*, do arquiteto Henrique Mindlin (2000), publicado originalmente em inglês, no ano de 1956. Após esses autores, o livro do paleontólogo francês Yves Bruand (2005), cuja tese foi desenvolvida em 1971, é sempre o mais citado. Na revisão historiográfica que agora apresentaremos, investigamos esses títulos como sendo os mais clássicos, além do livro *Arquiteturas no Brasil de 1900 a 1990*, de Hugo Segawa (2002). Nesses títulos investigamos quais as casas brasileiras citadas e quais casas internacionais lhes serviam de comparação. Buscamos, ainda, as imagens dessas construções para desenvolver um cotejamento entre discurso e imagem, com os autores que vão sendo indicados nesse percurso metodológico.

Segundo Benévolo (2004), a modernidade residencial inicia no ano de 1859 com a casa *Red House* de Philip Webb, construída para William Morris. O autor considera a Secessão Vienense como parte do movimento *Art Nouveau*, e este como parte do movimento moderno.

Para Weston (2002), no entanto, as residências unifamiliares, construídas nas três primeiras décadas do século XX, na Europa, seriam apenas parcialmente modernas:

elas resultam de um conjunto de ideias sobre a continuidade espacial e organização funcional, adotam volumes simples, apresentam uma regularidade de distribuição da planta e recusam ornamentos. Para o autor, a expressão de modernidade é dada, sobretudo, pela imagem e aparência “através de extensos envidraçados com janelas de canto, e não pelo projeto, ainda relativamente convencional” (WESTON, 2002, p. 23). A modernidade residencial só se afirmaria, portanto, a partir dos anos 1930. O que se percebe é que, entre os autores, não existe um consenso para determinação do que se classifica como arquitetura moderna, nem em questões de datação, nem em questões de objetos edilícios. Tal consenso, se houvesse, poderia definir um marco para essa modernidade.

Nessa literatura, a arquitetura moderna é comumente dividida em duas vertentes: organicismo e racionalismo, visíveis, respectivamente, na Casa Kaufmann, sobre a cascata, de autoria Frank Lloyd Wright, e na Casa Savoye, projetada por Le Corbusier. Essa dualidade de vertentes – em que esses dois exemplares figuram como imagens icônicas da arquitetura moderna e que está presente em muitas pesquisas que tratam sobre essa arquitetura e sua difusão – não corresponde aos objetos (casas) apresentados como desdobramentos dessas referências, que, em geral, mantêm pouca ou nenhuma relação com os ícones elencados.

De Fusco (1992), em esquema similar de interpretação, dividiu a modernidade em dois códigos-estilo opostos: o organicismo, representado pela Vila Mairea e a casa da Cascata; e o racionalismo, visto na Casa Savoye e nas residências

miesianas, como a Farnsworth.⁵ Este último, derivado do extremo funcionalismo e representado pelo conceito de que a habitação é uma máquina de morar, tem em Le Corbusier seu idealizador. Ragon (1986), por sua vez, destaca a casa como uma máquina de morar – recuperando esse conceito já empregado por Loyd Wright, Gropius e Sant’Ellia – antes mesmo de Le Corbusier, inscrevendo-se, assim, na tradição de homem-máquina de Descartes.

Já a bibliografia norte-americana, na esteira de Philip Johnson, tende a associar modernismo ao estilo internacional, postura já criticada, na época, pelos próprios modernistas, como Gropius. Um dos maiores clichês como “ausência de ornamentos” deve-se, em parte, à má interpretação do clássico *Ornamento y delito*, de Adolf Loos, que, no entanto, não dizia que o ornamento era crime, mas analisava as formas como este deveria ser introduzido na construção. Outro lugar-comum na bibliografia é a redução dos escritos corbuserianos a uma receita prescritiva de cinco pontos: pilotis, planta livre, terraço-jardim, *fenêtre en longueur* e fachada livre. Essa redução não faz jus nem aos escritos, nem às realizações do arquiteto que, em 1920-21, lembrava aos colegas a importância do volume, da beleza das formas primárias, das superfícies que envolviam o volume e de suas divisões, além da planta, como elemento gerador da ordem. Essa noção também foi muito mal interpretada, já que via a forma de projetar como acomodação de atividades em uma planta e, a partir daí, a elevação de um volume.

5 Oposição forjada pela historiografia, no Brasil, via Artigas (MARQUES; NASLAVSKY, 2001), foi associada às preferências políticas e gerou muita polêmica nos “arraiais” modernistas, como escreveu Lucio Costa sobre o assunto (COSTA, L., 2007).

Le Corbusier (1981, p. 17) disse, então, que a vida moderna pedia e esperava “por uma nova planta (ou plano?)⁶ para a casa e para a cidade”. Esse autor e arquiteto⁷ advogava a importância do traçado regulador – como meio e não como receita –, cuja “escolha e modalidades de expressão fazem parte integrante da criação da arquitetura” (CORBUSIER, 1981, p. 19). Segundo interpretação de Comas (2009), essa possibilidade de escolha da modenatura⁸ é a pedra de toque do arquiteto. A contribuição de Le Corbusier, tanto nos escritos como nas obras, ultrapassa de longe os famosos cinco pontos.

Argan (1992), por sua vez, destaca outros pontos, que também foram retomados por De Fusco. Um primeiro, é o modo de implantação da casa moderna, a edificação “solta no lote”, que permite a visualização do objeto arquitetônico sob várias perspectivas, derivado da ótica cubista. Outro, é o concreto como material determinante para as construções modernas, promovendo a ossatura independente.

As casas soltas no lote de fato parecem muito comuns na arquitetura residencial do século XX. Muitas vezes esse tipo de implantação era uma resposta à legislação vigente ou devia-se ao fato de essas habitações estarem localizadas nos arrabaldes, onde havia mais lotes disponíveis que nos centros urbanos europeus.

6 A palavra em francês é a mesma.

7 O arquiteto franco-suíço Le Corbusier é também autor de vários textos sobre arquitetura moderna. Textos esses que irão definir o escopo teórico e influenciar a produção dessa arquitetura no mundo inteiro desde a década de 1920 até os dias atuais, entre os quais se destacam: *Vers une architecture*(1981) e *Precisions*(2002).

8 Comas está correlacionando a designação com a formação do arquiteto Le Corbusier em Belas Artes, justificando sua proposta estética sem adornos. Modenatura pode ser definido como: Ordenação ou conjunto das molduras numa disposição harmoniosa sobre as superfícies arquitetônicas, em função de seus efeitos estéticos, pela determinação da alternância das saliências e reentrâncias, da relação entre cheios e vazios e dos jogos de sombra e de luz, e segundo o caráter das ordens arquitetônicas. (FERREIRA, 2010)

Desse modo, nem os itens elencados por Argan,⁹ nem os cinco pontos corbuserianos pareciam, em princípio, presentes em conjunto (ou em maioria) nas casas consideradas modernistas pela literatura. Nessas referências, os atributos parecem apontar para um tipo ideal, no sentido weberiano, ou seja, de características de um ideal a ser atingido, mas que não existe na realidade.

A exemplaridade da Casa Savoye – única na trajetória de projeto de Le Corbusier, vale insistir – é justamente o que permite que, numa análise do ponto de vista compositivo, Colin Rowe (1976) a compare à lógica classicista da Villa Rotonda de Palladio. Ambas perseguem modelos ideais. Além disso, como lembra Comas (2009), a Villa Savoye tem também reminiscências dos jardins suspensos da Cartuxa de Galluzzo, em Val d’Ema; e, sobretudo, uma disposição dos quartos e dos seus anexos – casas de banho e quartos de arrumos – que recordam as mansões particulares do século XVIII, não sendo o único exemplo de recurso à tradição erudita utilizada pelo mestre modernista.

Seriam as explicações acima e os exemplos das duas casas – a Savoye e a Kauffman – suficientes para o entendimento da casa modernista, em geral, no Brasil e nas diversas regiões como no Nordeste? Não haveria outras “modernidades”? É o que se tenta averiguar cotejando os discursos da historiografia e verificando a posição dessas casas no conjunto das casas mais citadas.

Modernas e inovadoras, com expressões múltiplas e plurais, as diversas modernidades – no cotejamento do

9 Para Argan, o organismo de Wright é “simultaneamente urbano e natural”. Sua maior característica arquitetura doméstica está em romper com a casa tradicional vitoriana; propunha a reestruturação da vida urbana a partir da casa unifamiliar suburbana. (1992, p.251)

discurso bibliográfico com iconografia e aplicação dos aspectos reinterpretados da tríade vitruviana – emergem sob o olhar mais atento de pesquisador.

A implantação no solo apresenta-se segundo três grandes agrupamentos: as casas pousadas diretamente no solo, com o pavimento térreo no nível do terreno ou elevado; as casas que não tocam no solo, pois o pavimento térreo é elevado por pequenos suportes, Farnsworth; as casas sobre pilotis. Os resultados obtidos mostram que, embora a planta livre tenha sido recorrente em várias casas, e que este elemento seja um dos ícones da modernidade, raras são as casas nas quais ele figura. Nas casas internacionais, além da própria Casa Savoye, apenas quatro seguem o esquema proposto por Corbusier.

Pouco comum no programado doméstico, não é surpreendente que a implantação sobre pilotis tenha deslumbrado os críticos e historiadores como Argan (1992), segundo o qual seria esse elemento que permitiria que a arquitetura de Le Corbusier fosse vista como fruto do domínio da razão pura, resultado de um racionalismo formal.

Essa implantação da casa completamente elevada do solo, embora muito propagada pela bibliografia e usada como referência por muitos autores, foi pouco recorrente em nosso levantamento. A solução híbrida da construção parcialmente suspensa foi comum. No entanto, o que predomina é a edificação pousada no solo.

Em relação ao perímetro do lote, identificam-se dois grandes modelos: um no qual a casa é completamente afastada do perímetro, “solta no lote”; outro no qual ela é colada em um ou dois limites. No conjunto observado, a primeira implantação é de longe campeã. Como a Savoye, são soltas as casas de Frank

Loyd Wright, as de Richard Neütra e outras residências, sejam elas permanentes ou de fim de semana. A escolha por esse tipo de implantação é usual principalmente em casas suburbanas, nas quais os arquitetos podiam escapar aos constrangimentos de morfologias urbanas precedentes, densamente construídas ao longo do tempo, como nas cidades europeias, ou para seguir o sonho americano da moradia longe de *downtown*.

Casas europeias, em cidades já muito densas na época, como Paris (Chareau), Viena (Áustria) e Boulogne Billancourt (Paris), são encostadas nos limites laterais ou frontais. Vale ressaltar que Le Corbusier não fez essa opção em Pessac, onde, apesar de talvez ter tido a possibilidade de adotar a implantação que bem lhe aprouvesse, as casas são coladas nos limites dos lotes.

Composições assimétricas estão numa maioria pouco expressiva; a simetria não foi abandonada pelos arquitetos modernistas. Predominam casas com terraços, varandas ou pátios abertos aos jardins. Curiosamente, a incidência dos tetos-jardim é pequena, sendo mais comum a presença de um terraço que é apenas parte do teto, um mégaro, releitura do terraço mediterrâneo (COMAS, 2009). Do mesmo modo, embora muitas casas tenham a fenêtre en longueur, as aberturas em manchas, ou em quina, foram mais recorrentes.

Quanto às estruturas, mesmo quando existiam grandes aberturas, aquela inserida na divisória foi mais recorrente do que a exposta na ossatura independente em concreto. Quanto ao concreto, o uso do material também foi menos identificado do que o sugerido na bibliografia.

Para concluir esta avaliação sobre as casas modernas, vale ressaltar que, na bibliografia consultada, comparecem apenas

cinco casas brasileiras. Nos clássicos, a Casa da Rua Santa Cruz (Warchavchik), a Casa de Canoas de Oscar Niemeyer e a Casa Bratke, de Oswaldo Bratke. Já nos mais recentes – como Weston – a Casa de vidro, de Lina Bo Bardi, e a Casa Pátio, de Bernard Rutofsky, nos são apresentadas. A casa das Canoas foi, sem dúvida, a residência brasileira que mais chamou a atenção estrangeira quando citada por Frampton (1997), Hitchcock (1976) e Weston (2002). Essas casas, que tanto atraíram o olhar estrangeiro, compõem igualmente na historiografia nacional, como veremos a seguir.

Mindlin (2000), em 1956, não levou em conta a famosa casa da Rua Santa Cruz, do arquiteto Gregory Warchavchik, iniciando sua história com a casa Hungria Machado, de Lucio Costa, como modelo para os exemplares que apresentou a seguir.¹⁰ Quinze anos depois, Bruand (2005) reconhece o valor dessa residência e diz que, nela, Costa alcançaria a plenitude de suas proposições.¹¹ Porém, cita a casa da Rua Santa Cruz como pioneira, afirmando que, apesar de não usar concreto armado,¹² ela tem aspectos marcantes e pesquisas espaciais que terão continuidade na produção residencial do arquiteto russo: o rigor estético dos volumes prismáticos, o culto ao ângulo reto, a ausência de ornamentação.

A esses aspectos e pesquisas espaciais, somam-se as pesquisas plásticas, o jogo de planos e volumes obtidos por

10 A ênfase do estudo de Mindlin está em divulgar e defender os preceitos estabelecidos por Costa. Em relação à produção residencial unifamiliar, seu inventário contempla a produção entre 1942 e 1955; registra o endereço e a autoria de 57 casas, das quais 44 estão documentadas com fotografias desenhos (plantas e cortes) e 13 estão no item 'projetos complementares', ao final do texto, divulgando a obra de 23 arquitetos, nas quais se destacam em quantidade as publicações do arquiteto Oswaldo Bratke.

11 Usamos, para fins deste estudo, edições recentes.

12 Nas construções residenciais seguintes, Warchavick irá empregá-lo.

diversos elementos: balanços; grandes marquises, formadas por duas lajes de concreto armado, no lugar das varandas em telhas canal; e ambientes voltados para o exterior, prolongados na medida do possível por terraços e balcões. Após discorrer sobre a obra residencial e pioneira de Warchavchik e vinculá-la ao cubismo e funcionalismo da produção internacional de Gropius, Mies e Le Corbusier, Bruand comenta que essa arquitetura é “estrangeira demais para a realidade brasileira” (BRUAND, 2005, p. 71). Sugere, ainda, que o arquiteto russo teria influenciado as primeiras experimentações domésticas de Lucio Costa, e, posteriormente, teria sido influenciado por este (BRUAND, 2005).¹³

Mindlin e Bruand convergem no valor da síntese entre modernidade e tradição empreendida por Lucio Costa – este, para ambos, o grande herói da aventura modernista nacional, em especial como criador da casa moderna brasileira. Se Warchavchik ainda fazia casa “estrangeira”, Costa teria abraçá-lo, juntando tradição nacional e contemporaneidade.

Lemos (1999), no entanto, afirma que a casa brasileira modernista é uma construção coletiva, não apenas de arquitetos mas também de outros profissionais envolvidos na dinâmica indústria da construção civil. Credita aos engenheiros civis¹⁴ uma grande parte da originalidade desta arquitetura, onde “todos se deram as mãos em busca de soluções comuns de problemas até então não imaginados” (LEMOS, 1979, p. 34).

13 Como destaca na casa de Roman Borges (1934), onde o equilíbrio simétrico das "marquises sustentadas por delgadas colunas de concreto" seria uma solução mais adequada do que os balanços de Warchavick (BRUAND, 2005)

14 Destacando Emilio Baumgart e Joaquim Cardoso (op cit.).

Apesar de creditarem autorias distintas ao início da arquitetura residencial moderna brasileira, os três autores convergem para um discurso comum, no qual a estética, decorrente da técnica inovadora, relida à luz da tradição colonial, asseguraria o caráter nacional da casa brasileira. Enfatizam, além disso, o tema da vinculação com o passado, a valorização da casa a partir dos jardins, a relação interior/exterior através da varanda, o uso de pátios internos, a adequação ao clima através de elementos de proteção solar com resultados estéticos para as fachadas.

As fórmulas não seriam, pois, homogêneas: a coberta de telha canal, como nas construções coloniais – característica sempre elencada pela historiografia – teria, pelo menos, dois modelos recorrentes: um primeiro, em duas águas, sem madeiramento sobre laje, podendo ser invertido (volumetria trapezoidal); e outro, em quatro águas, recobrando a laje plana, retilíneo, sem a curvatura do colonial português, com inclinação menor, reforçando a horizontalidade predominante, e beirais mais largos, usados para proteção contra a chuva e o excesso de insolação. Tradição e modernidade fusionadas também indicariam os muxarabis, as janelas com venezianas e a associação dos brises de concreto e elementos vazados.

Bruand e outros vislumbram a continuidade, a inventividade e a adequação técnica dos projetos de casas modernas. Francisco Bolonha¹⁵ e Carlos Frederico Ferreira, por exemplo, revisariam a técnica da taipa rudimentar em sua casa

15 Com materiais rústicos ao natural, paredes em pedra bruta, cores lisas em paredes de alvenaria, telhados de uma só água de telhas-canal, estruturas em madeira, mesclada com alvenaria tradicional em tijolos (BRUAND, 2005).

de pau a pique, assim como o fez Warchavick no pavilhão de Praia do Sr. Jorge Prado, no Guarujá¹⁶.

Soluções originais são também celebradas na casa Kubitschek [1943 – Pampulha] de Oscar Niemeyer, cuja cobertura é formada pelas águas invertidas (telhado borboleta), onde linhas oblíquas dariam um “aspecto inesperado”, e “uma clareza geométrica digna e uma pureza [...] clássica”¹⁷, transformada, em seguida, “num modismo formal,” empregado incorretamente pelos seguidores, contrariando o espírito original de continuidade espacial (BRUAND, 2005, p. 139).

Dessa forma, o olhar estrangeiro de Bruand, em 1971, predomina até hoje na literatura que indica como características da modernidade local:

1. Vinculação com os cinco pontos corbuserianos;¹⁸
2. Adequação à cultura construtiva local, destacando as soluções técnicas de cobertas originais com repercussões espaciais;
3. Heranças coloniais na arquitetura residencial ou vínculo com a tradição;
4. Racionalidade, experimentação e cromatismo das soluções adotadas, em virtude do clima, “o fator físico que mais interferiu na arquitetura brasileira” (BRUAND, 2005, p. 241, grifo nosso).

16 Iniciando o “moderno rústico” (CAVALCANTI & LAGO, 2005).

17 A solução de cobertura na descrição do autor tem um objetivo técnico e prático: a calha serve de linha divisória entre a sala de estar e a sala de jantar da residência, onde a parede divisória garante a continuidade, evidenciando a independência entre vedações e estrutura (BRUAND, 2005).

18 Para Reis Filho (1995), na residência moderna brasileira o traço marcante será a tecnologia do concreto no sistema viga/pilar, e no uso de lajes como piso e cobertura, o que evidenciará a “planta-livre”. Usual em várias casas foram “as mudanças no sistema de cobertura, resolvidos agora com telhas de novos materiais, com pequenas inclinações, apoiadas sobre lajes de concreto ocultas sobre discretas platibandas, dariam ensejo a uma geometrização geral dos volumes.” (REIS FILHO, 1995, p. 56).

A partir desses pontos, ter-se-iam, segundo a literatura, aplicações regionais. Bruand destaca, nesse meio, a produção de Amorim e Borsoi, ambos em Recife-PE: o primeiro, mais próximo de Costa, o segundo, de Niemeyer.¹⁹ Mindlin evoca o tema regional na arquitetura de Lygia Fagundes, em Maceió-AL, e na produção de Edgar Graeff, em Porto Alegre-RS.

Retomando os três autores e, particularmente, os pontos de Bruand, a historiografia se dividiu quanto ao ineditismo de Warchavchik em relação à casa da Rua Santa Cruz. Comas (2009) justifica a omissão de Mindlin em citar o pioneirismo de Warchavchik e diz que as primeiras casas do arquiteto russo seriam “futuristas” e não “modernas”. Segawa (2002), por sua vez, retoma Bruand e ressalta a intenção moderna das obras iniciais desse arquiteto ao mesclar os novos materiais com elementos locais, destacando-o como pioneiro na produção residencial moderna. Para outros, Warchavchik teria construído uma arquitetura híbrida e indefinida, e a casa da Rua Santa Cruz não passaria de “uma simulação do que seria uma casa moderna” (LINO, 2005, p. 89).

A desqualificação da casa, como uma “modernidade enganosa”, e sua associação a tradições europeias faz-se em prol da eleição de uma modernidade brasileira, vinculada a uma tradição “nacional”. Favorecendo anseios nacionalistas, para os quais a boa tradição não seria a europeia, a fusão entre tradição e modernidade nativa, em autores como Comas e Segawa, só seria efetuada por Lucio Costa. Convergentes nesse ponto, esses dois autores, divergem, no entanto, no que se refere a desdobramentos no tempo e no território nacional. Ambos confirmam parte da mitologia da brasilidade arquitetônica,

19 A modernidade em Pernambuco é rediscutida em trabalhos como os de Naslavsky (2004), Silva (2004), Marques e Naslavsky (2001) e Moreira F. (2007).

propagando a ideia de que essa modernidade se deve, sobretudo, a adaptações e interpretações da “equação da gramática corbusiana” via cariocas²⁰.

Existe também a linha de pesquisa sobre a arquitetura moderna brasileira que resgata a contribuição dos arquitetos paulistas, o que parece ter sido minimizado no estudo do antropólogo francês Yves Bruand. Registramos, a esse respeito – nos estudos mais recentes sobre as derivações ou em referências sobre as obras do arquiteto brasileiro Vilanova Artigas e o americano Frank Lloyd Wright –, uma busca de construir a “escola paulista”, mais precisamente de lançar um modelo inovador de arquitetura residencial, destacando o caráter positivo e renovador dessa escola brutalista, bem como sua contribuição para a ideia da “casa paulista”. Entre os pesquisadores que investigam essas contribuições, destaca-se Ruth Verde Zein (2005).

Finalmente, na tentativa de complementar a abordagem de Bruand, Hugo Segawa (2002) sugere que a história da modernidade não seguiria uma linha única evolucionista, mas existiriam modernidades diversas, igualmente legítimas. Seguindo esse mesmo raciocínio, situam-se estudos como os de Anelli (1994), que buscam a herança italiana na arquitetura moderna brasileira.

Numa ótica mais atenta aos usos, Lemos (1979) diz que, na casa brasileira, estar e repouso noturno, em geral, se interpenetravam, sendo que a parte de serviços é sempre apartada do restante da casa. Essa necessidade de separação seria

20 Por exemplo, o debate “modernidade / tradição” e da brasilidade está implícito em Heck (2005), ao destacar, na casa carioca moderna, as “possibilidades plásticas” e “variações de identidade” uma agregação de “matizes características”.

uma das características fundamentais da uma modernidade contraditória (MARQUES, 1999), ou seja, a casa moderna adota esquemas da época da escravidão, quando a cozinha era anexa à senzala. (LEMOS, 1999). Prática recorrente até hoje, na sociedade brasileira, os empregados devem distar da casa, ficando em áreas de serviço e edículas²¹, em apartamentos de serviços contíguos ou sobrepostos às garagens.

Para que a cozinha entrasse na casa, foi, segundo Lemos (1999), necessária uma antecâmara – a copa, espaço de transição que segregava a cozinheira do núcleo social. Nos apartamentos multifamiliares, mantêm-se circulações distintas. Só a partir da década de 50, observa-se a consolidação de uma zona de serviço compacta e independente do setor social, com quartos e banheiro. Na década de 60, surge a suíte, composta por quarto, banho e pequena saleta.

Apoiado na sintaxe espacial, Amorim (2001) destaca mudanças significativas nos modos de morar e de conceber o espaço doméstico, expressado no paradigma dos três setores.

Na casa moderna, em um novo ambiente doméstico, mais fluido e sem portas, é a organização espacial que define as barreiras entre visitantes e moradores. Os arranjos espaciais modernos dificultam acessos, ao mesmo tempo em que ampliam os campos visuais.

21 A edícula no quintal da moradia isolada – solução nacional que surgiu evidentemente da presença indispensável da empregada doméstica, que por várias razões deve ser mantida a distância. Em qualquer hipótese, nas casas ou apartamentos da classe média, é de bom tom, ou sinal de status, que o programa sugira acomodações que satisfaçam isoladamente, cada uma por si, todas as funções da habitação. A marca da boa situação social é a casa com menor superposição possível de funções. Daí o grande rol de dependências nos programas e anúncios de moradas pretensiosas na intenção quase mesquinhas, quase sempre na execução. Daí a lista de cubículos, que caracterizam funções, que separam atividades, que diferenciam os moradores, cujo inglês nas denominações dos cômodos já indica um “nível cultural” diverso do popular (LEMOS, 1978, p. 18).

Isto pode ser percebido pela definição mais clara dos setores funcionais domésticos e pela drástica redução da permeabilidade do sistema espacial, o que significa um maior controle de movimentos na habitação (AMORIM, 2001). Assim, essa casa moderna teria novos arranjos internos com ambientes visivelmente em contato, mas que não garantem integração entre eles, facilitando, talvez, o controle do proprietário durante o uso.

Ainda sobre o modo de morar moderno, valeria destacar os novos estudos paulistas. Nestes, alguns propõem que mais importante que a utilização de materiais modernos, após a Segunda Guerra, teria sido o desejo de criar um lugar onde pudesse florescer o sujeito e ideias modernas no Brasil (BUZZAR, 2003).

Outros salientam transformações culturais que implicariam arranjos espaciais: a presença da garagem, na década de 60, vista da rua o carro, símbolo de ascensão social. Na década de 70, a televisão vai ocupar lugar de destaque na sala ou receber uma sala específica (VERÍSSIMO; BITTAR, 1999).

Parte desta literatura advoga a existência de uma casa paulista, herdada da produção do arquiteto paranaense radicado em São Paulo, Vilanova Artigas, virada para dentro, em lotes urbanos com um eventual pátio interno. Integrando o jardim com o espaço interno através de pérgula, que protegia do calor e dos olhares indiscretos da rua, este pátio é lido como herança hispano-americana (ZEIN, 2005).

Já Dias (2009) revisita o tema da casa paulista, no programa praieiro, das elites, na praia de Pernambuco, no Guarujá, salientando que “se no Brasil a construção de uma residência

unifamiliar representa status, a casa de veraneio pode ser considerada uma possibilidade para poucos” (DIAS, 2009, p. 9).

Comas (2009, p. 2) afirma que, como resultado de influências estrangeiras e da “inventividade” dos arquitetos brasileiros, as casas brasileiras apareceriam pelo menos com três arquétipos, três gêneros, três espécies de estrutura, três tipos de cobertura, três classes de relação com o sítio, três variedades de definição de espaço e volume, três graus de intensidade de luz e três graus de permeabilidade à luz, além de três níveis de expressão de massa e três níveis de relevo: liso, baixo, alto.

Teríamos, segundo o autor, uma gramática com uma grande variedade formal, programática e tecnológica, que, no entanto, declinaria, em qualidade, após a segunda metade da década de 1970.

Fernando Lara (2001), por sua vez, afirma que a apropriação e reprodução de elementos “eruditos” da arquitetura moderna brasileira vêm ocorrendo desde os anos 1930 e atesta o seu sucesso junto aos setores populares mais amplos, como indicam os resultados de discussões publicados em sua tese de doutoramento, cujo objeto de estudo foi a arquitetura de alguns edifícios em um bairro de classe média em Belo Horizonte.

A aceitação popular e as releituras teriam dado um leque imenso de soluções eruditas e não eruditas, como evidencia seu estudo, o que, para esse autor, seria uma especificidade brasileira. De forma geral a revisão historiográfica da arquitetura residencial moderna brasileira seria apontada na figura de autores e atores conforme esquema demonstrado na Figura 2.

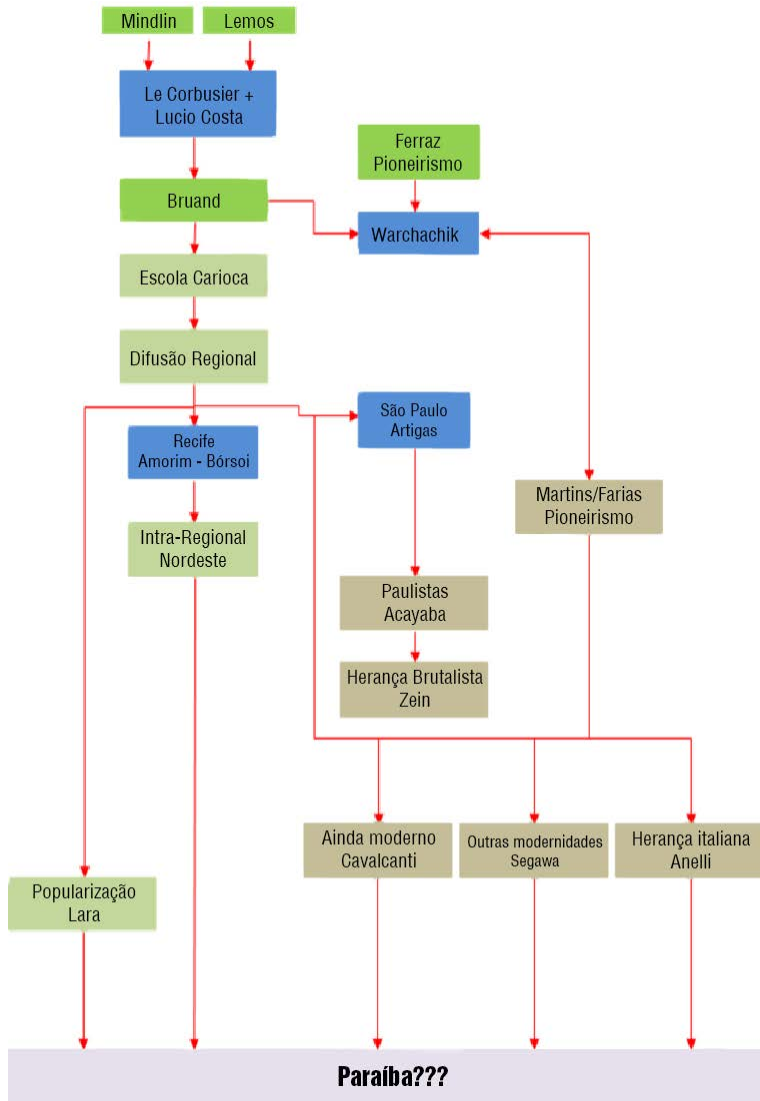


Figura 2 - Resumo do caminho historiográfico percorrido. Fonte: Costa (2011)

... na análise vitruviana

Diante dessas vertentes expostas, em vez de adotar uma ou outra corrente historiográfica para caracterizar a modernidade pessoense, já que entre si não existe convergência para estabelecer critérios analíticos em projetos, optou-se pelos mesmos procedimentos utilizados para se caracterizar a modernidade em casas internacionais – com uma revisão dos exemplares citados, à luz dos aspectos interpretados na tríade vitruviana – e pelo cotejamento do discurso e dos achados a partir da iconografia e dados disponíveis. Identificaram-se como atributos comuns e recorrentes nas produções nacionais e estrangeiras o seguinte:

Em relação aos *aspectos do lugar*, vimos que as casas modernas brasileiras citadas neste estudo situam-se nos subúrbios, indicando um processo de expansão urbana concomitante à modernização das cidades, como ocorreu na orla marítima de João Pessoa. Em sua maioria, foram projetadas em lotes planos de meio de quadra, geralmente estreitos. No entanto, nem por isto encostam-se às divisas dos lotes, como as casas Garches, as de Pessac e outras casas internacionais, urbanas ou suburbanas.

No Brasil, provavelmente devido a requisitos da legislação em áreas de expansão urbana, as casas são, em geral, soltas no lote, nas quatro laterais. É provável que, em muitos casos, edículas tenham surgido já no projeto ou após a construção, como sugere a literatura (LEMOS, 1999; NASLAVSKY, 2004). A implantação solta no lote nem sempre assegura, contudo, uma visão do objeto em perspectiva, segundo a lógica das vanguardas cubistas. Talvez porque os afastamentos raramente são

generosos, e os terrenos, estreitos, em sua maioria, obrigavam os projetistas, em muitos casos, a adotar o tratamento tipo “frente-fundo”, como o fez Artigas em algumas de suas casas, por exemplo, na Casa Rubens Mendonça (MIGUEL, 2000).

Houve uma maior incidência de casas pousadas no solo. O pilotis, no sentido estrito, é raríssimo: aparece apenas em duas casas. As soluções híbridas – casas pousadas no solo e com uso parcial de pilotis – são mais frequentes²².

Quanto à “*promenade architecturale*”, a incidência foi mínima, mas chama a atenção o fato de uma delas ser a Casa Cassiano R. C., de Acácio Gil Bórsoi, em João Pessoa. Construída no final da década de 1950, na avenida Epiácio Pessoa, essa casa permaneceu como um marco arquitetônico na cidade, pelo arrojo formal e composição plástica, e também pelo exuberante jardim de autoria do arquiteto e paisagista Roberto Burle Marx. Foi o único exemplar de arquitetura moderna publicado em livros, nesse caso, no estudo de doutoramento do paulistano Hugo Segawa (2002). Sua importância para a história da arquitetura moderna foi reconhecida pelo IPHAEP. A residência é um dos poucos imóveis modernos tombados pelo Instituto.

Quanto aos *aspectos funcionais e espaciais*, observamos que as varandas e terraços, ambientes característicos da casa brasileira, muito festejados pela literatura, foram identificados nas imagens dos exemplares citados, confirmando os escritos. Esses ambientes não são encontrados nas casas internacionais.

Já o teto-jardim, que é um atributo divulgado como imagem de modernidade, tanto no Brasil como em outros países, e ferrenhamente defendido por Le Corbusier, aparece

22 Na Villa Savoye, o térreo não é totalmente vazio. Como se sabe, o pilotis é completamente afastado dos vedos da garagem e dos aposentos de serviço.

mais nas casas brasileiras que nas casas internacionais, fato que parece contradizer a insistência da literatura sobre o zelo de nossos projetistas em relação à adequação ao clima, uma vez que esse elemento propagado como marcante da modernidade é sempre citado como pouco adequado às condições climáticas locais. Nesse mesmo raciocínio, apenas cinco casas tinham pátio interno, outro elemento espacial indicado como aspecto que identifica a casa brasileira, por ser uma solução adequada para o clima tropical.

Em relação aos *aspectos construtivos*, as principais características citadas no discurso historiográfico centram-se no aspecto formal das cobertas e, embora a linha de telhado inclinado seja considerada como resultado da inventividade brasileira e tida como marcante da arquitetura moderna, as soluções de cobertura com laje plana recoberta com telhas são mais recorrentes (sempre para esconder a linha do telhado), similares às primeiras propostas de Warchavick, na casa da Rua Santa Cruz [1927] ou na casa de praia do Conde Raul Crespi [1943].

O concreto armado, indicado pela historiografia como o material de excelência da arquitetura moderna brasileira, foi largamente usado, com sistemas estruturais que expõem a ossatura independente, como o incitava Lucio Costa²³. No entanto, as soluções híbridas também são frequentes²⁴. O sistema convencional de alvenaria estrutural em tijolos não foi abandonado. Essas alvenarias foram também as mais utilizadas para vedações, atestando uma continuidade da técnica

23 A esse respeito, ver *Razões da Nova Arquitetura* (XAVIER, 2003).

24 Em geral, em um mesmo projeto o autor usava dois ou mais tipos de materiais. Averiguar estes percentuais e as suas formas de utilização podem vir a ser nova pesquisa em trabalhos futuros.

construtiva tradicional, com repercussões no agenciamento interno, contrariando o consagrado princípio da planta livre e da fluidez espacial que, a rigor, pouco aparece.

No que diz respeito aos *aspectos estéticos*, os revestimentos se destacam – especificamente o uso de frisos murais, azulejos, painéis, pinturas com cores fortes –, e, de fato, os textos e iconografias confirmam a sua força expressiva. A exposição e o contraste de cor e textura de materiais ao natural também foram muito explorados. Muitas casas brasileiras são revestidas parcialmente por painéis de azulejos ou apresentam frisos murais, ou materiais ao natural.

Segundo Sá (2005), esses elementos seriam a expressão moderna do ornamento, uma vez que indicariam que a ornamentação, embora negada, continua sendo usada na arquitetura moderna, o que é perceptível especialmente no uso da cor e da textura, associadas aos revestimentos, junto com a força expressiva alcançada por alguns materiais, principalmente o vidro e o concreto.

Nessa breve revisão, cabe ressaltar a Casa das Canoas de Oscar Niemeyer, única na adoção das formas livres, com sua planta em curva sinuosa, configurando, assim, uma exceção canonizada e um paradoxo, em que a singularidade serve de parâmetro para caracterizar a arquitetura moderna brasileira residencial. Postura, aliás, semelhante à adotada na historiografia para as casas internacionais paradigmáticas, conforme comentado.

Considera-se, assim, que não existe um consenso sobre o início da modernidade, e que alguns clichês como “ausência de ornatos”, “formas puras e limpas”, “a forma segue a função”, “máquina de morar” ou a “verdade estrutural” são

frequentemente utilizados. Outro ponto recorrente é a divisão entre vertentes – organicismo e racionalismo – e suas respectivas referências: a Casa Kaufmann, sobre a cascata, de autoria de Frank Lloyd, e a Casa Savoye, de Le Corbusier.

Outro lugar comum é a receita prescritiva de Le Corbusier, os cinco pontos: pilotis, planta livre, terraço-jardim, *fenêtre en longueur* e fachada livre. Provavelmente decorrente de uma má interpretação da “receita corbuseriana”, o que identificamos no estudo das casas internacionais e nacionais é que a contribuição do arquiteto vai muito além desse roteiro, ultrapassando, tanto nos escritos como nas obras, essa redução.

Argan, outro autor revisto, enfatizou a implantação da casa moderna – a edificação “solta no lote” –, que permite a visualização do objeto arquitetônico sob várias perspectivas, derivadas da ótica cubista, e o concreto como material predominante, promovendo a ossatura independente. Essas descrições parecem apontar para um modelo ideal, personificado na Casa Savoye – única na trajetória do arquiteto. No entanto, o uso do pilotis nesse exemplar, que deveria, segundo o autor, liberar completamente a edificação do solo, só ocorre parcialmente (parte desse pavimento é ocupado com acomodações de empregados, como em muitas casas brasileiras, e o restante abrigaria o estacionamento de veículos).

Concluiu-se que, em relação à análise comparativa dos ícones residenciais modernos internacionais e nacionais, dever-se-ia lembrar que a escolha dos exemplares apresentados pela historiografia nacional pode ter sido enviesada, ou tautológica. Ou seja, os autores já selecionaram edificações que haviam definido a priori como representativas da arquitetura moderna brasileira, pela sua aparente genealogia. Talvez por

isso, no conjunto, comparando o que foi extraído do quadro internacional e das produções brasileiras, nestas, a força da vertente corbuseriana estaria confirmada.

Os tetos-jardins e pilotis são significativamente mais presentes nas casas modernas célebres, projetadas por arquitetos brasileiros, do que nos exemplos internacionais. Na linguagem de representação atual, poderíamos até dizer que esses elementos se tornaram componentes (blocos de AutoCAD ou Sketchup) auxiliares na projeção dos vanguardistas do país.

Retomando o comentário acima, observamos que este é um achado contraditório com os textos da bibliografia utilizada para esta investigação, o que incita questionamentos como: onde encontrar a adequação climática para o clima brasileiro nesta profusão de tetos-jardins em concreto, ainda mais considerando que o Brasil é um país que tem diversas regiões climáticas? No caso pessoense, considerando que, das noventa casas da arquitetura brasileira estudadas, setenta e seis situam-se no eixo Rio-São Paulo, será que teríamos que aceitar que a arquitetura pessoense seria resultante das difusões regionais e intra-regionais e teria essa mesma influência do chamado percurso *bis LC*²⁵?

De um lado, como visto acima, a casa Cassiano R. C., de Acácio Gil Bórsoi, em João Pessoa, é uma das cinco casas onde encontramos a “*promenade architecturale*”. Mas, se a arquitetura recifense pode receber as influências corbuserianas diretamente via Luís Nunes (NASLAVSKY; MARQUES, 2001), não estariam outras localidades aptas a recepções similares, de outras

25 Usamos, assim como Guerra (2002), as iniciais dos dois arquitetos que segundo a historiografia definem a arquitetura moderna brasileira: o francês Le Corbusier e o brasileiro Lucio Costa.

arquiteturas modernas? Se, no período estudado, os projetistas são, sobretudo, engenheiros ou arquitetos, formados em outros estados ou no exterior, não seria possível identificar outras “arquiteturas modernas” ou outras modernidades com aspectos encontrados nas casas internacionais ou eventualmente com soluções locais? É o que se tentará aflorar na parte 2 deste livro.

PARTE 2

CASAS E MODERNIDADES NA ORLA MARÍTIMA

A partir dos cotejamentos apresentados no anteriormente, considera-se que, tanto nas casas internacionais como nas casas nacionais, existiram muitas e variadas definições para a caracterização da modernidade residencial. Essa genealogia apontaria para a produção local? As casas da orla marítima teriam similitudes ou seriam anacrônicas? Em que medida as especificidades do lugar (a praia), dos hábitos (a cultura) e dos atores (projetistas e clientes) afetariam essas caracterizações? Buscando responder a essas perguntas, apresentaremos um panorama do que foi a orla marítima de João Pessoa entre os anos 1960 e 1974, e um pouco antes.

1950 e um pouco antes...

Na década de 1950 as praias Cabo Branco, Tambaú e Manaíra faziam parte de Tambaú, distrito de João Pessoa. A área distrital compreendia, além dos três bairros – que aqui estamos designando como orla marítima –, os atuais: Bessa, Jardim Oceania, Aeroclube, Ponta do Seixas, Penha, Altiplano Cabo Branco, Cidade Universitária, Conjunto Castelo Branco como também o atual município do Conde. O processo de loteamento havia sido iniciado por empreendedores particulares.

A orla marítima era, então, constituída de várias localidades, cujos loteamentos foram registrados por alguns empresários locais. A mais antiga era a de Santo Antônio, datando de 1902, registrada por Antônio Lyra de Brito, seguida pela Enseada Cabo Branco, de 1943, do senhor Paulo Miranda. Depois, em 1953, foi registrado o Loteamento Jardim América, em Manaíra, da Companhia Imobiliária Jaguaribe, que também executou o Jardim Pan-América, no mesmo bairro, em 1957 (VASCONCELOS FILHO, 2010).

No ARCEN/PMJP registram-se alguns documentos referentes a esse assunto: a modificação do loteamento do Sr. Paulo Miranda (Cabo Branco –1953), o Jardim Pan-América (Manaíra – 1957), o loteamento das terras do Sr. Maximiliano Aureliano Monteiro da Franca (Manaíra – 1960), quadras do Loteamento Parque Cabo Branco, do Sr. Clóvis Moreno Gondim (Cabo Branco – 1970), o Jardim Tambaú (duas quadras, próximas à Av. Rui Carneiro, entre a Av. Monteiro da Franca e a Av. Gal. Edson Ramalho – 1970. Com financiamento próprio da Construtora Bonfim, tinha lotes de 16,00 x 30,00 m, maiores que os demais) (COSTA, 2011).

O que se observa é que não houve planejamento para tais empreendimentos. A lógica dominante, segundo o engenheiro e urbanista Antônio Augusto de Almeida, era “quanto mais lotes para o dono da terra melhor” (*apud* MOREIRA, 2006, p. 26). Algumas dessas áreas foram loteadas antes da segunda metade da década de 1950, e não foram registradas em projetos com demarcação dos lotes. São eles: a povoação Tambaú (1902, por Antônio de Brito Lyra); o loteamento São Gonçalo, atual praia

de Manaíra (1943, por Djair Nóbrega); e a enseada Cabo Branco (1952, por Paulo Miranda de Oliveira) (VASCONCELOS FILHO, 2010).

Nessas localidades, os lotes foram, então, comercializados sem definição prévia, o que resultou tanto em terrenos generosos como em lotes exíguos. São encontrados, nessas áreas, lotes com menos de 10 m de testada, com três e duas frentes, triangulares, compridos, vários com mais de 50 m de profundidade. Tal ocorrência é mais perceptível em Tambaú e na porção mais ao sul do Cabo Branco.

As dimensões do lote têm relação direta com a escolha para implantação das casas. Como nesse momento a legislação o permitia, dada à exiguidade de muitos desses lotes, encontramos casas que, ao serem executadas, ocupavam os dois recuos laterais, por vezes até mesmo no segundo pavimento, a partir da testada frontal da construção.

Nos três bairros, a faixa fronteira à praia foi a primeira porção a ser ocupada. As edificações citadas anteriormente estão assentadas nas avenidas à beira-mar. A maioria se localizava na Avenida Cabo Branco, tendo como característica comum a implantação solta no lote.

A casa do ministro e depois governador do Estado, José Américo de Almeida, hoje transformada em museu, foi uma das primeiras residências permanentes erigidas na praia. Morar na praia era então algo raríssimo, só um ministro modernista e cosmopolita poderia ousar fazê-lo.

A figura de José Américo esteve vinculada a várias ações que promoveram a modernização da cidade como um todo²⁶, e

26 Consultar Pereira (2008)

as casas que impressionaram os visitantes²⁷ da orla marítima eram “mais modernas” que a casa do ministro. A presença dessa figura ilustre, a ação dos empreendedores e as ações públicas, tanto na melhoria do acesso da Avenida Epitácio Pessoa como nas medidas saneadoras²⁸, no entanto, não foram suficientes para atrair a população que passaria a ocupar definitivamente as praias da cidade. Na década de 1950, apenas algumas famílias paraibanas, tão cosmopolitas quanto o ministro, procuravam as praias.

As famílias R. C. e F.²⁹ têm um papel fundamental nessa modernização residencial. Em 1954, F. R. C. (médico, formado em Salvador, o mais velho dos irmãos) encomendou ao escritório carioca Ferreira & Juca Engenharia, Arquitetura e Construção (FEITOSA; MEIRA, 2008) um projeto de casa de veraneio – como permanece até os dias atuais – para sua família (esposa M. B. M. e os seis filhos).



Figura 3
Casa de D. V. de M.
Fonte: Costa (2011)

27 Na Enciclopédia dos Municípios, publicação oficial do IBGE, de 1960, exalta-se a arquitetura moderna das casas de Tambaú, equiparando-as à beleza natural da praia (IBGE, 2000).

28 Havia surtos constantes de malária, e os mosquitos, oriundos da falta de saneamento do rio Sanhauá, incomodavam os frequentadores da orla marítima (DIEB,1999).

29 Para preservar a privacidade, optou-se por utilizar apenas as iniciais dos nomes tanto na designação das famílias dos atores como dos proprietários das casas. Exceção a casas já publicadas ou figuras públicas.

Em 1956, uma outra casa de veraneio embeleza a avenida beira-mar do Cabo Branco. O empresário A. F. encomendou ao arquiteto carioca radicado em Recife, Acácio Gil Borsoi, sua casa da cidade. Especializado no beneficiamento de algodão, A. F. tinha, em sua cidade natal, Areia, onde residia a família, uma tecelagem de sacos (usados para condicionar os produtos destinados à comercialização, como o açúcar)³⁰.

A casa de praia torna-se habitação permanente a partir de 1960, quando essa família se transfere para João Pessoa. Quatro anos depois, a família solicita uma reforma para a casa, a Borsoi, então companheiro da arquiteta Janete Costa, a quem foi confiada a decoração³¹. Esse é o primeiro e único registro encontrado em pesquisas similares de atuação de um profissional projetista na área de Design de Interiores.

A fachada da casa foi mantida e apenas algumas áreas internas foram divididas. Segundo o relato da filha do proprietário, as primeiras habitações da praia do Cabo Branco se encontravam próximas a sua casa, e, quando transformada em habitação permanente, seu pai promove a instalação dos serviços de telefonia, que ainda não eram encontrados no local.

No final dos anos 1950 e início de 1960, a orla marítima ia sendo loteada, mas era ainda pouco habitada. O veraneio durava de dezembro a março. Nesse período, algumas famílias se transferiam para a praia; nos demais meses, a região ficava muito desabitada, e algumas casas eram alugadas para recém-casados³². Na ocasião da transferência da família, não havia transporte público para a área. Para ilustrarmos melhor as

30 O Estado da Paraíba tinha, na época, dois grandes produtos agrícolas: o algodão e a cana-de-açúcar.

31 O projeto de reforma consta no nosso levantamento de arquivo.

32 Relato dado à pesquisadora por um dos proprietários durante o reconhecimento de campo.

informações deste livro, conversamos com algumas pessoas que conheciam a história de algumas casas. Uma delas foi o primogênito dos quatro filhos de A. F. Segundo ele:

O ônibus ia até o Elite Bar, mas não vinha até esse lado do Cabo Branco; era preciso caminhar até a Avenida Epitácio Pessoa para pegar a condução para o colégio. Todos nós estudávamos no Colégio Diocesano Pio X.

Eram poucas casas, segundo o morador, mas já apresentavam em seu uso a característica de ser uma moradia mais relaxada que a casa da cidade.

Implantadas “soltas” no lote, sempre com edículas, as casas acolhiam frequentemente parentes ou hóspedes das famílias proprietárias, muitas residentes no interior do estado. Assim, fossem elas de veraneio ou moradias permanentes, as áreas de recepção eram muito importantes: tanto a social, sala e terraço, como os quartos para uma estada.

As visitas de eleitores ou clientes importantes também eram frequentes nas casas de políticos e homens de negócios, como na casa do Ministro José Américo de Almeida, da família R. C. e da família F. Num momento em que a cidade oferecia poucos recursos de hospedagem e de opções de restaurantes³³, era nestas casas, eventualmente, que se hospedavam as grandes personalidades de passagem pelo estado – foi o caso do então presidente Jânio Quadros e comitiva, hospedados na casa de veraneio do Sr. A. de F.

33 Na área da orla marítima, o Elite Bar é o estabelecimento mais famoso e permanente, funcionando desde 1942. Segundo sua proprietária, “as pessoas vinham até de Recife para tomar a sopa de cabeça de peixe do Elite; ficavam na praia e no fim do dia vinham para o restaurante”.

Outras opções de lazer identificadas: os clubes Iate Clube (arquiteto Acácio Gil Borsoi, Bessa - 1967), Maravilha Praia Clube (Tambaú - 1969), Restaurante e Boate Calamar (na antiga residência da Sra. Mirtes Ribeiro Coutinho, Cabo Branco - 1969), Jangada Clube (Arquiteto Mario Glauco Di Lascio, Cabo Branco - 1970), Balneário do SESC (Cabo Branco - 1972), Balneário dos Bancários do Banco do Nordeste (Cabo Branco - 1974).

Hospedagem e vida social intensa demandavam um número maior de prestadores de serviços, em sua maioria, residentes também na casa, o que acarretava um maior número de cômodos para abrigá-los.

Ponto comum nestas casas “de ricos” são os terraços generosos, dedicados a receber pessoas, parentes e amigos. O terraço era o espaço de festas e de estar, por excelência. Outro aspecto também justificava a relevância desse ambiente aberto, voltado à brisa da praia, ainda nas palavras do primogênito A. F.: “as casas eram muito quentes, era impossível ficar nos ambientes internos, e como não se considerava o uso do ar-condicionado, tinha mesmo que ficar no terraço”.

Nesse local aconteciam não apenas o convívio dos familiares mas também os eventos sociais que abrangiam as demais relações sociais dos proprietários: recepção de amigos e parentes para os almoços de domingo, jantares de final de semana ou realização de celebrações diversas como casamentos, aniversários etc. Esse ambiente, localizado à frente da casa, em geral, era abrigado sob pilares que, em casas como a da família F., liberava parcialmente o pavimento térreo (semi-pilotis).

Não havia, no entanto, apenas o terraço social. Os setores íntimo e de serviço também tinham os seus terraços ou varandas equivalentes. O terraço social poderia também ser contínuo e peristilado – um modelo comum foi a distribuição em L, com pilares cilíndricos, como na Casa C. S. de O., projetada em 1958, de autoria do arquiteto Mario Glauco Di Lascio. Externamente, essa casa tem alguns dos elementos da propagada tradição reinventada: a solução de coberta, o terraço peristilado, a varanda contínua dos quartos no pavimento superior.

A entrada para os quartos através de uma circulação interna aberta, permitindo a visualização do ambiente social (jantar/estar), foi também muito comum, aparecendo em várias das casas da orla posteriormente. Internamente, o resultado é um pé-direito duplo, decorrente da inclinação acentuada da cobertura, geometria que auxilia na exaustão do ar quente. Porém, pelo que consta nos relatos, não parece ter tido a eficiência esperada.

Em casas de dois pavimentos, como a da família A. F., os quartos, com varandas contíguas voltadas para o mar, se sobrepõem ao terraço. Esse espaço é delimitado externamente, por um painel inteiriço de madeira, tipo muxarabi³⁴, e esquadrias de vidro, que protegem o ambiente da insolação das primeiras horas do dia.³⁵ Em casas térreas, como a Casa do Desembargador H. P., os ambientes sociais e íntimos são distribuídos em dois níveis.

A elevação do setor íntimo impede que o transeunte visualize o interior da residência. Os painéis de elementos vazados³⁶ guardam a intimidade da área social. Nessa casa, a cozinha, reduzida ao mínimo necessário, fica contígua à sala única de estar/jantar. Com escala reduzida, tem uma área bem menor que as anteriores.

O terraço é mais exíguo: uma plataforma elevada, coberta com uma laje de concreto plana adicionada ao corpo principal e

34 Esse tipo de fechamento é similar ao usado na residência Lisanel de Melo, em Recife, em 1953, embora, nesta, o resultado plástico seja distinto, já que os painéis fecham toda uma face da construção. Foi também usado por outros arquitetos, como Jorge Moreira, no Ed. Antonio Ceppas, em 1952, no Rio de Janeiro, e Lygia Fernandes, na casa de João Paulo de Miranda Neto, em 1953, em Maceió.

35 É importante ressaltar que o sol desponta cedo na região, entre 4h30min e 5h da manhã.

36 Com elementos vazados em formato circular, do mesmo tipo encontrado na casa José Américo de Almeida e na de R. Y. P. T.

apoiada sob finos pilares. Quanto à coberta, no geral, a solução com laje inclinada de concreto sobreposta com telha cerâmica (colonial) foi recorrente. Escoando em direção aos fundos do lote, em uma água invertida – ou para frente da edificação –, a coberta resulta em volumetrias de prismas sobrepostos à base recuada. Outra solução registrada foi a adoção de águas desencontradas em planos inclinados, criando uma imagem assimétrica na edificação.



Figura 4 - Casa H. P. (planta baixa, com indicação da setorialização em três setores)

Fonte: Costa (2008)

Nota-se a tendência ao tratamento frente e fundo, com destaque dado à fachada principal, que era sempre, evidentemente, voltada para a praia, mesmo em casas de esquina, como a de H. P. Os materiais e revestimentos eram mais nobres e a aparência dessa fachada parece ter sido um

elemento eleito, por alguns proprietários, para ser mantido, mesmo após as reformas eventuais ou mudanças de usos posteriores. Os profissionais que atuavam nesse momento nas casas da orla também adotaram padrões diferentes em projetos contemporâneos. Isso parece sinalizar o fato de que não houve uma casa que servisse de modelo, de fonte de inspiração ou de padrão a ser desenvolvido³⁷.

37 as casas que antecederam 1960.

Casas de 1960

Seguindo a elite oligárquica rural, que desde 1950 já ocupava as praias de João Pessoa com suas casas modernas, na década de 1960, uma clientela mais ampla e mais urbana começa a construir casas modernas nas praias: são profissionais liberais, comerciantes, militares. As casas são projetadas por engenheiros civis, arquitetos recém-formados dividindo a atuação com projetistas desconhecidos.

Alguns eventos concorrem para o aumento do número de construções na orla marítima, a exemplo do investimento realizado pela prefeitura em ações de melhoria pública, como a iluminação e a calçadinha entre o trecho das avenidas à beira-mar – Avenida Cabo Branco e Avenida Tamandaré –, evento que os jornais denominam de “copacabanização” da orla. Essas intervenções, ocorridas após a segunda metade da década de 1960, contribuem para minimizar o isolamento da área³⁸.

As residências seguem os indícios de modernização das obras públicas e estimulam a permanência dos habitantes. Em 1960, o arquiteto Mario Glauco Di Lascio projetou, para seu amigo, mestre em alfaiataria, M. G. F., uma casa símbolo local de modernidade e de consolidação dos bairros praianos. A sua casa permanente foi erigida na comunidade São Gonçalo, na Av. João Maurício, beira-mar de Manaíra, no mesmo terreno onde existia anteriormente uma casa de veraneio. Arquiteto e cliente têm como local de origem familiar a província de Potenza na Itália. Pouco antes da construção, trocam informações e ideias e

38 Além das ações urbanizadoras dos governos estadual e municipal, houve também alguns eventos que marcam a expansão de construções na orla marítima: a inauguração do Jangada Clube (1965), na praia do Cabo Branco, projeto de Mario Glauco Di Lascio pra residência e depois adaptado para o clube.; e o projeto do Hotel Tambaú, elaborado por Sérgio Bernardes, cujas obras se iniciam em 1968 e são concluídas em 1972.

discutem o projeto durante uma viagem à Europa, onde surge a inspiração para a obra.

De acordo com o depoimento do arquiteto, a proposta era realizar uma “casa contemporânea, funcional, prática, sem espaços inúteis, ventilada e iluminada”. Curioso ressaltar que o arquiteto não usa a palavra moderna, e sim contemporânea. A casa, detalhada mais adiante, destaca-se entre as construções vizinhas existentes no momento de sua execução. Um gradil baixo fazia limite com o passeio público, permitindo a quem passasse pela beira-mar apreciar o edifício³⁹.

A aparência dada pela solução volumétrica e a distribuição dos ambientes dessa casa são soluções similares a duas outras que Di Lascio projetou durante os primeiros anos da década de 1960, uma para o comerciante pernambucano J. P. e a outra para o médico patologista M. de A., em 1961, esquematizada nas Figura 5 e 6. Nessas três casas a fórmula parece ser repetida: caixa dos quartos suspensa sobre pilares (semi-pilotis); terraço e varanda dos quartos à frente da casa – esquema prisma trapezoidal sobre base recuada; circulação interna dos quartos aberta para a sala; pé-direito duplo; laje inclinada em concreto com sobreposição de telhas canal.

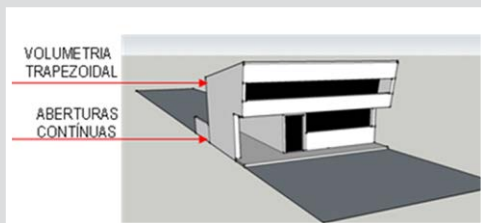
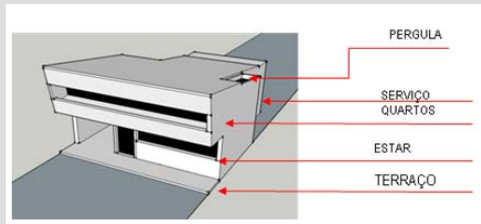


Figura 5
Maquete esquemática
da casa M. de A. Vista sul/leste
Fonte: Costa (2011)

³⁹ O uso residencial é mantido até o momento de conclusão desta pesquisa, em 2011. A edificação foi alterada pelos proprietários. Entre as alterações, destaca-se a substituição do gradil baixo original, que permitia a visão completa da praia pela mureta, semiopaca.

Figura 6
Maquete esquemática
da casa M. de A. Vista sul/leste
Fonte: Costa (2011)



Na residência de M. G. F, observamos a valorização da fachada frontal. Internamente, foi usado meio-nível, para distribuir os ambientes sociais e separá-los dos íntimos, como indicado por Amorim (2001) acerca da setorização da casa moderna.

Nas Figuras 5 e 6, observamos também a mesma utilização dos níveis intermediários para distribuição de ambientes, separando os setores social e íntimo, mas deixando-os visualmente integrados. A preocupação com as soluções de conforto térmico é observada no jardim interno com sistema pergolado.

Essas três casas de Mario Di Lascio têm características próximas à da F. R. C. – a volumetria trapezoidal da caixa suspensa, que marca a fachada da edificação, e o tratamento menos rigoroso das demais faces do objeto.

Para muitos dos frequentadores da orla marítima, são essas volumetrias e elementos formais que representam as casas modernas das praias, traduzindo em imagem o que parece ser um senso comum acerca da modernidade praiana durante a primeira metade da década de 1960

Com a ocupação da orla e sua consolidação com o aumento do número de construções, passa-se a observar, no final da década, em 1968, conforme apresentado na Figura 7,

a convivência das arquiteturas modernas com as construções mais simples; as duas casas geminadas na Avenida Tamandaré contrastavam com as construções adjacentes na praia de Tambaú. Na varanda dos quartos, no pavimento superior, o vão é aberto para a paisagem da praia. Como as anteriores, a volumetria é um prisma trapezoidal de base recuada. O destaque são os elementos vazados da fachada.



Figura 7
Panorama da Avenida Tamandaré, Tambaú, em 1968
Fonte: Acervo da pesquisa

Logo a seguir, na mesma avenida, na casa de veraneio de A. W. B. C. (1960), verificam-se as intenções e ousadias do projeto do Engenheiro Civil Carlos Pereira Andrade, que previa esquadrias maiores, com aberturas liberando completamente o vão. Uma evidência da independência entre estrutura e vedo. Porém, na execução, foram utilizadas esquadrias mais estreitas. O cromatismo dos revestimentos é uma característica marcante. O pilar é revestido com casquilho de seixos rolados rosados; a parede do terraço é revestida com um painel de azulejos cerâmicos verde pastel.

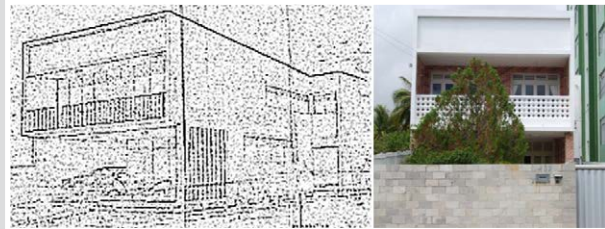


Figura 3
Casa de A. W. B. C.
Fonte: Costa (2011)

Arquitetos também apresentavam anacronismos: na Casa L. C., de 1963 (Figura 9), situada na Av. João Maurício, do arquiteto Tertuliano Dionísio, o peitoril em veneziana de madeira marca a edificação. A fachada frontal é valorizada em relação às demais. A malha de distribuição de pilares, entretanto, não indica modulação ou independência da estrutura.



Figura 9
Casa L. C.
Fonte: Costa (2011)

Não só no aspecto construtivo se percebia anacronismos, e nem todas as casas primavam pelo rigor formal e estético. Um destaque foi o projeto da Casa do Cel. R. M. de B, cujo aspecto funcional é bem peculiar, apresentando duas salas de refeições e nenhum ambiente de estar designado, o que pode ser interpretado como confirmação da função social do terraço, substituindo, nesse caso, a sala de estar. (Figura 10)

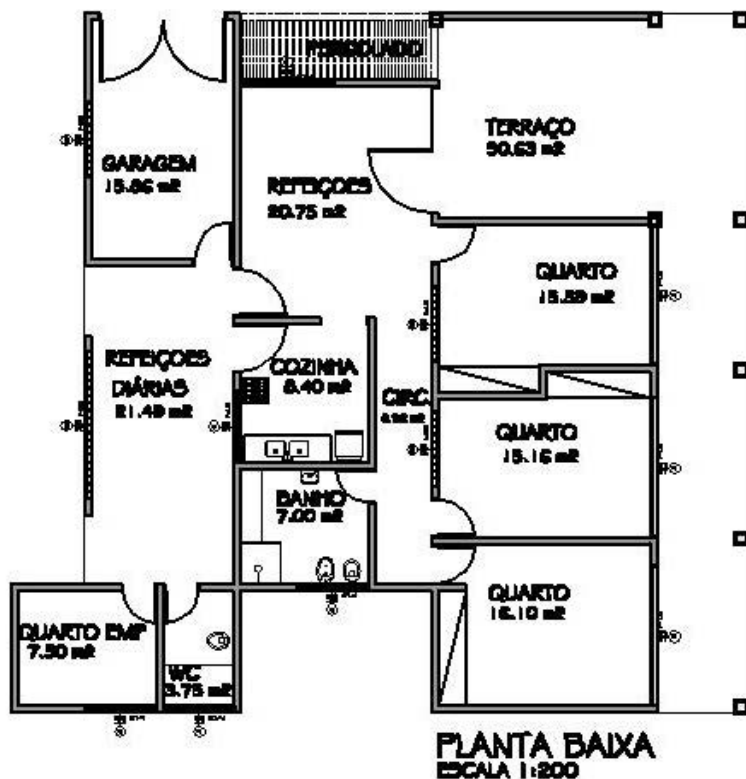


Figura 10 – Planta baixa da Casa do Cel. R. M. de B. Fonte: Adaptado da ARCEN/PMJP

Além disso, outra peculiaridade dessas casas é a referência – ou seria citação direta? – à arquitetura de Oscar Niemeyer, com os pilares da varanda similares ao do palácio do planalto (Figuras 11 e 12). Sem registros fotográficos possíveis, uma vez que essa casa foi demolida na década de 1990, apenas a documentação do ARCEN foi usada para análise do exemplar.

Figura 11
Perspectiva do projeto original e redesenho da fachada da Casa do Cel. R. M. de B.
Fonte: ARCEN/PMJP

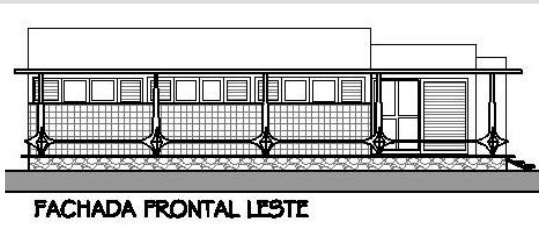
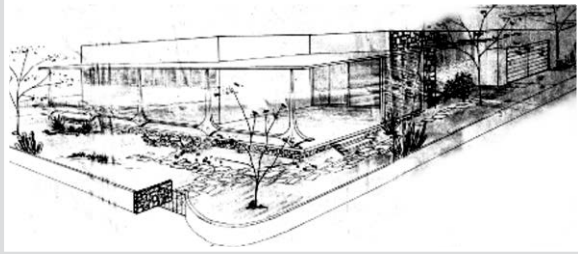


Figura 12
Redesenho do projeto original da fachada da Casa Cel. R. M. de B.
Fonte: Adaptada do ARCEN/PMJP

Continuando com os exemplos excepcionais, em 1961, o funcionário público D. V. de M. e sua esposa constroem, sob supervisão do Engenheiro Civil Newton Maia, três casas em um mesmo terreno, na vila Zula Miranda. Destinadas aos três filhos, essas casas foram concebidas para moradia permanente e executadas sem muros, para que os netos se criassem juntos. Mais adiante detalharemos a Casa, que talvez tenha sido a primeira tentativa de estabelecer um uso de condomínio horizontal documentado na cidade..

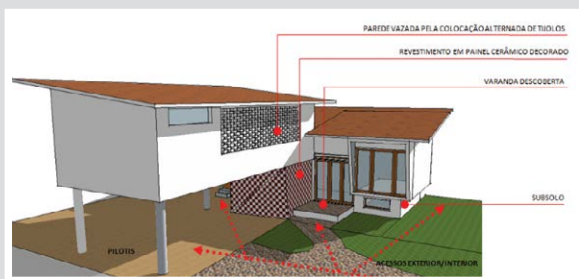
Na primeira casa a ser executada, a de D. V. de M, a coberta de laje de concreto inclinada, com sobreposição de telhas cerâmicas, segue o padrão original da proposta – nas outras duas residências, o projeto original é modificado: a laje acima da

cozinha passa a ser plana, originando, no pavimento superior, um mirante para olhar o mar⁴⁰.

Estão presentes nessas edificações: o pilotis; a laje de concreto moldada in loco; a coberta inclinada em laje de concreto, com sobreposição de telha canal; o terraço-jardim no mirante de duas das construções. A cozinha/sala e o gabinete não têm divisórias, o que sugere uma grande informalidade – estrutura talvez mais adequada a uma residência temporária⁴¹.

Essa é, de fato, a casa mais moderna da pesquisa. A curiosidade é que ela não foi projetada por um arquiteto. Tanto o contexto como a organização espacial que indicam a planta livre e o espaço contínuo, interpretado em uma escala reduzida, remetem muito mais a espaços contemporâneos do que à tradição cultural da sociedade pessoense na época da construção.

Figura 13
Maquete eletrônica
da casa de D. V. de M.
Fonte: Costa (2011)



De todas as casas pesquisadas, essa é a que tem o espírito mais inovador, sem muitas divisões internas nas

40 A casa estava muito deteriorada; a ferragem da estrutura, exposta em vários locais, foi completamente alterada no decorrer da pesquisa.

41 O mobiliário executado em alvenaria, embora inovador, incomodava a proprietária, que media 1,40 m. Ela reclamava dos armários, que eram poucos e muito altos, fazendo com que precisasse andar com um banquinho por toda a casa para alcançá-los.

áreas de convívio e levando a uma integração entre a área social e cozinha com o pátio e área externa. Está dividida em setores funcionais: social, serviço e íntimo. A zona diurna foi distribuída no pavimento térreo: estar, jantar, cozinha e serviço; a zona noturna no pavimento superior, onde se localizam os dormitórios.

Com poucos ambientes e dimensões mínimas, essa casa chama a atenção pela área social, que ocupa a maior parte da área construída, considerando o pilotis e a varanda descoberta. Parece ter a intenção de convívio, como foi a proposta inicial de construção de três unidades, sem muros, constituindo uma inovação em relação aos terrenos individualizados que foram registrados na orla marítima no período. A ideia de condomínios de casas individualizadas e soltas no lote ainda não fazia parte do repertório construtivo local.

A integração e a proposição de uma planta aberta estão visíveis na continuidade espacial entre a copa/cozinha e o estar/gabinete. O desnível entre gabinete e estar, integrando visualmente todos os ambientes, sugere um partido compositivo tridimensional (ver comentário mais adiante, em aspectos estéticos – p. 98).

Outro aspecto curioso é a ausência do ambiente de jantar, que não aparece na planta baixa nem foi incorporado no uso posterior da residência, segundo as informações dos proprietários. O gabinete constituiu, na verdade, uma espécie de saleta íntima para a família, onde se costumava ver televisão.

Além disso, merece destaque, nesse projeto, a estrutura da casa. Nesse aspecto, o engenheiro demonstra domínio da técnica construtiva mais avançada em vigência no estado na época dos anos 1960: o concreto armado, aplicando o princípio

da arquitetura moderna de realizar a ossatura independente dos vedos. Entende-se que a opção por esse fechamento é devido à limitação do mercado local e também a uma questão econômica, já que novas tecnologias – como as praticadas em São Paulo pelo arquiteto Oswaldo Bratke ou mesmo as usadas em casas californianas, também recorrentemente publicadas em revistas de circulação local – são onerosas para os modestos investimentos da família.

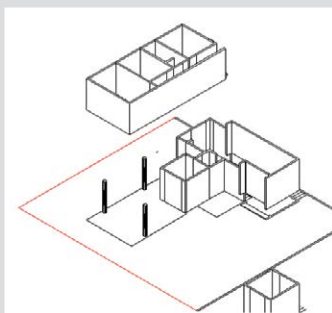


Figura 14
Maquete de divisão
dos ambientes
*Fonte: Adaptada do
ARCEN/PMJP*

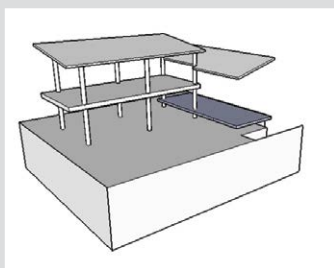


Figura 15
Ossatura da edificação,
com os elementos
estruturais verticais (pilares)
e horizontais (lajes)
*Fonte: Adaptada do
ARCEN/PMJP*

Outro ponto de interesse é o esforço em construir com níveis distintos, já que o terreno não apresenta tanta inclinação que justifique esse tipo de construção; nos parece uma intenção de realçar a distinção de alguns espaços programáticos da casa,

como o gabinete de estudos que fazia as vezes de sala de tv, ou de escritório, como o temos em outras casas da época. Assim, essa casa, mesmo com programa exíguo e áreas mínimas, traduz uma complexidade que já se coloca no modo de morar praiano, onde os bairros da orla apontam a tendência de se tornarem moradias permanentes e não mais balneários.

A partir da consideração desses exemplares, podemos afirmar que, em relação à implantação da edificação no lote, na década de 1960, as casas da orla marítima ocupavam uma ou mais laterais, já que a legislação permitia ocupar o afastamento longitudinal com o pavimento superior, e o térreo ficava recuado. Assim, a laje de piso dos quartos cobria uma passagem lateral, o que permitia o acesso de veículos no fundo do lote, onde, em geral, ficavam localizadas a área de serviço e a garagem.

Usava-se a circulação dos quartos aberta para o jantar/estar, com pé-direito duplo. Aparece o uso do sistema pergolado. Nas casas de dois pavimentos, os quartos eram localizados no primeiro, contíguos a uma varanda aberta para a frente do lote, O semi-pilotis aparece no terraço, à frente do lote. Essa solução foi adotada pelo arquiteto Gregori Warchavick, na casa de praia do Conde Raul Crespi, no Guarujá, onde se via também uma entrada separada para banhistas para o primeiro pavimento. Interessante notar que nas casas praianas da orla marítima de João Pessoa em 1960, essa entrada de banhistas também aparece. O terraço, em casas térreas, está protegido por brises

A maioria dessas casas usa o sistema estrutural de sessão ativa viga/pilar/laje. Nos anos 1960, as lajes são em concreto moldado in loco. Nas casas da orla, tanto estas quanto as vigas têm acabamento em míssima. A fachada principal, tratada de

forma diferenciada das demais, permanece, assim como ocorreu nas primeiras casas dos anos 1950.

As grandes aberturas contínuas de janela em fita estão presentes em poucas casas – quatro apenas – e todas exclusivamente na fachada frontal. As aberturas das demais fachadas são sempre menores.

As casas dos anos 1960 poderiam, portanto, ser caracterizadas em três pontos: volumetrias prismáticas, com base recuada, especialmente a trapezoidal; edículas; e vistas fronteiriças ao passeio público mais elaboradas, o que denominamos de “modernismo de fachada”. As casas do período seguinte se distinguem principalmente em relação aos materiais construtivos, economia de acabamento e soluções de coberta.

Casas de 1970

A partir da década de 1970, ampliam-se as possibilidades de acesso aos bairros. A Avenida Eptácio Pessoa deixa de ser o único, mas continua sendo o preferencial. No início dessa década, são concluídas as obras da Avenida Panorâmica (atual Avenida Rui Carneiro), que estimula a ocupação de Manaíra e da Avenida Beira Rio, com o propósito de contribuir no desenvolvimento do Cabo Branco. Segundo Pereira (2008), não houve resultados imediatos nesse sentido, o que ocorreu em um momento posterior.

Muitas habitações são construídas, em sua maioria em Manaíra. O Sindicato dos Vendedores e Viajantes da Paraíba, juntamente com a Caixa Econômica Federal, através de seu superintendente no Estado da Paraíba, Dr. Cláudio de Paiva Leite, constroem e financiam, nesse bairro, casas de porte médio, registradas como conjunto habitacional. Incorporadores particulares, como os Zaccara e os Lombardi, entre outros tantos, atuam nesse bairro na década de 1970, construindo casas que o arquiteto Mario Glauco Di Lascio denominou de “padrão manaírico”.

O arquiteto declarou que essas casas tinham pouca qualidade arquitetônica, tornando monótona e insípida a imagem do bairro. O padrão era o mesmo: cobertura piramidal em laje plana, com sobreposição de telhado de quatro águas, terraço em L, abrigo do carro no terraço, 3 quartos, 1 suíte, sala/estar, cozinha mínima, área de serviço completa (DI LASCIO, 2010)⁴².

42 Curiosamente o arquiteto adota soluções similares na Casa Pedro Alves de Carvalho, de 1972 – Cabo Branco.

O uso de veraneio ainda existe, mas também surgem mais casas para moradia permanente. As casas particulares, com projetos exclusivos de arquitetos ou engenheiros, serão em menor quantidade, 43 ao todo nessa década. Na década de 1970, a clientela se expande um pouco mais; professores universitários e funcionários públicos federais, em geral vindos de fora, escolhem morar na praia. Empresas como a Companhia de Sisal do Brasil (COSIBRA), com sede no Rio de Janeiro e filial em Santa Rita, escolhem o Cabo Branco como local de estada temporária para seus diretores.

Na Casa Pousada, construída em 1974, o arquiteto carioca Homero de Almeida Leite detalha as esquadrias com três folhas, uma delas com tela de proteção contra insetos. Os jornais da época reportam problemas como os surtos de malária na orla marítima. O problema foi resolvido com as iniciativas de quinização da área (DIEB, 1999).



Figura 16
Casa Pousada
Fonte: Adaptada do
ARCEN/PMJP

Mesmo com os alagamentos e com os serviços de infraestrutura básica precários, as casas modernas são construídas em ruas mais distantes das avenidas beira-mar.

Essas avenidas continuam sendo o endereço preferencial – são 33 casas construídas de frente à praia, e 25 na primeira quadra.

Os lotes em alguns dos bairros eram de formato não ortogonal; houve um caso de implantação completamente solta no terreno, devido apenas ao formato triangular que este apresentava, fazendo frente a três ruas, sem divisas laterais. As aparências modernas, vistas nas fachadas com cobertas retificadas, em geral, eram soluções de platibandas que escondiam cobertas em quatro águas, algumas delas de telha canal. Ainda se observa, nessas construções, a solução de cobertura de laje inclinada de concreto com sobreposição de telhas canal.

O espaço do terraço das casas projetadas nesse período é definido pelo avanço do pavimento superior sobre o jardim. O primeiro pavimento ocupa as divisas do lote, apesar de esta solução não ser mais permitida pela legislação municipal⁴³.

Algumas casas apresentam aberturas estreitas de piso a teto, longilíneas; com esquadrias em madeira e venezianas móveis, uma revisão da seteira colonial. A área íntima e a necessidade de convívio restrito entre os moradores é perceptível nas soluções dadas a áreas que antes eram quase públicas. O mezanino volta-se para o estar íntimo, criando uma solução espacial panóptica, aparecendo os gabinetes íntimos e de estudo com maior frequência.

Os projetos de arquitetura começam a prever e ressaltar a relevância de ambientes de interiores. Em algumas casas, o projetista tem o cuidado de representar o layout no documento original. O escritório ou gabinete, que aparece, é um ambiente reservado à continuidade de tarefas profissionais dos proprietários, e geralmente se localiza mais próximo da entrada

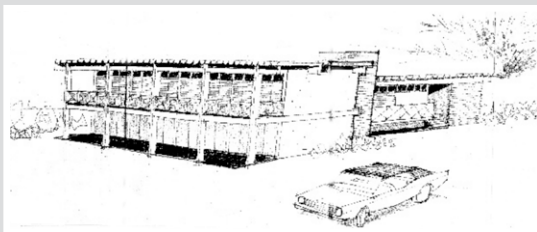
43 Lei Municipal nº 1.344, de 20.07.70.

social. Nas tentativas de projeção para uma nova interpretação do terraço-jardim, este aparece, em geral, contíguo ao mezanino, ou na área íntima, e exclusivamente para uso nesses ambientes.

Mesmo para os proprietários que exigem soluções mais tradicionais de cobertura, dois exemplares mostram que, no ponto inventividade, os arquitetos paraibanos estavam mesmo em busca de respostas. Apesar da criatividade, o que se propagou mesmo nesse período foi a solução de cobertas com lajes planas sobrepostas, com telhado piramidal em 4 águas, indistintamente entre arquitetos e não-arquitetos.

O uso do terraço como sala de visitantes temporários e de socialização permanece em algumas casas. De acordo com os proprietários, era nesses espaços que muitas vezes se decidiam questões públicas, quando estes eram representantes legais (vereadores, deputados, governadores etc.). O terraço amplo era destinado a ser continuação da sala de estar: lugar de receber visitantes, amigos e eleitores, com uma “certa informalidade”.

Figura 17
Projeto original da Casa
Dep. M. G.
*Fonte: Adaptada do
ARCEN/PMJP*



O terraço continua como ponto comum para a maioria das casas, pequenas ou grandes. Nas maiores, surgem, também, salas de jogos, de som/TV. O setor de serviço se subdivide: surge o quarto de engomar, a cozinha de apoio e ocasionalmente duas lavanderias (social e de serviço).

Algumas das casas são mais urbanas e sofisticadas, mesclando o uso de moradia permanente e veraneio. Estas convivem com outras de uso sazonal e com organização mais descontraída. Na casa de veraneio que o arquiteto Renato Azevedo Peryllo Ramos Borba projeta, em 1973, para a professora e historiadora E. Q. G., natural de Campina Grande-PB, é programada, além do terraço, uma segunda área de convívio, um pátio interno, na porção posterior do terreno.

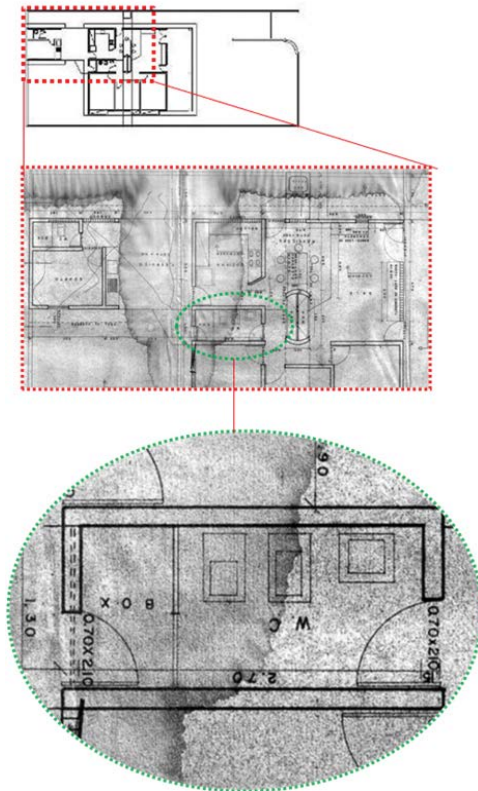


Figura 18 – Casa de E. Q. G. Fonte: Adaptado da ARZEN/PMJP

O banheiro nessa casa é peculiar, e foi único na amostra: tem porta para o interior e o exterior da casa, em direção à área do pátio interno. Não foi possível identificar a razão de tal escolha. O arquiteto responsável é pouco conhecido e faz parte do time de jovens profissionais que, a partir desse momento, vai representar as modernidades praianas, tanto nas casas da classe média baixa como das classes abastadas, que voltam a edificar na orla marítima.

A oligarquia emergente volta à cena e, como mencionado, escolhe arquitetos que estão se consagrando. Entre esses clientes está novamente a família do usineiro R. C., com o arquiteto Carlos Alberto Carneiro da Cunha, que projeta mais duas casas para outras famílias adotando soluções similares: a caixa dos quartos fica no pavimento superior, avançando em balanço sobre o terraço que tem continuidade com o jardim, e a volumetria básica é um prisma retangular sobreposto a outro de base recuada. O arquiteto recorre a essa solução volumétrica em três de suas casas produzidas no período e coletadas no escopo desta pesquisa (Figuras 19, 20 e 21).



Figura 19
Casa de I. A. da S.
Fonte: Adaptada do
ARCEN/PMJP

A ordenação programática também se repete; todas têm dois pavimentos com o setor íntimo (quartos e sala íntima) no pavimento superior. Os clientes exigem uma entrada social para as visitas, uma entrada “íntima” para os filhos ou banhistas e outra de serviço para os empregados, reproduzindo as relações sociais e segregárias do período colonial, reflexo das questões culturais apontadas já nas casas do período anterior.

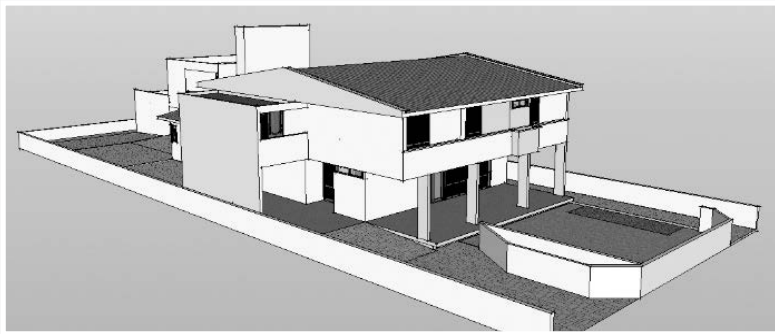


Figura 20

Casa de R. Q.

Fonte: Adaptada do ARCEN/PMJP

Duas entradas significam mais intimidade e reserva para o uso do lazer da praia, enquanto a casa ainda é objeto de visitação pública por frequentadores nem sempre tão íntimos. Há que se considerar também a intenção de manutenção de certas áreas da residência com maior formalidade e sempre mais limpos, sem a areia da praia. O jardim frontal é elevado em um platô no mesmo nível do terraço e da sala de estar, ampliando visualmente o contato com a rua, e garantindo a privacidade dos usuários da residência.

Figura 21
Casa de F. F.
Fonte: Adaptada do
ARCEN/PMJP



A casa projetada para o oftalmologista F. F. (1974), uma das mais interessantes dessa série, localizada na Av. Tamandaré, tem como ponto marcante o terraço-jardim. É a única na pesquisa que expressa claramente as mesmas intenções do arquiteto suíço Le Corbusier, identificadas na literatura e manifestas na Vila Savoye, seu projeto residencial mais celebrado.⁴⁴

O tema do jardim prolongado com uma grande distância do limite do lote vai ser revisado pela arquiteta Maria Graziela de Almeida Dantas, que projetou e construiu, em 1974, na Avenida Cabo Branco, a casa de A. F. L. M., militar que comandou, durante três anos, a Polícia Civil do Estado. Sua esposa, artista plástica, natural de Santa Catarina, fez algumas exigências: que fosse de tijolos claros e aparentes e que as lâmpadas fluorescentes ficassem “invisíveis”. Os tijolos mais claros eram produzidos no estado do Rio Grande do Norte, sendo economicamente inviável sua utilização. A arquiteta e o executor da obra a convenceram de que o tipo avermelhado produzido no estado da Paraíba não apenas oferecia vantagens econômicas mas tinha mais qualidade.

⁴⁴ Não foi possível investigar se houve, nessa casa, uma adaptação adequada, pois, apesar de o terraço-jardim estar em funcionamento, ele pode ser resultado de uma reforma nos anos 1980.

A proprietária contou que a pintura interna na cor branca resolveu a sua intenção de uma casa mais clara, e que, em relação ao tijolo aparente da fachada externa que a desagradava no início, com o tempo, acostumou-se e gostou do resultado. Quanto às lâmpadas, ficaram disfarçadas em uma sanca de placa de concreto. Pragmática, a artista plástica e proprietária, durante a obra, pediu que a área da jardineira fosse incorporada ao espaço da varanda. Alegava que a manutenção seria difícil, e preferia evitar as manchas constantes de umidade que observava em construções com vigas de concreto aparente.

Denotando ser uma dona de casa que tem um grande prazer em receber com intimidade e que restringe as visitas e acessos aos familiares e amigos muito íntimos, sua casa reflete essa mudança de conduta para o usuário que ocupa, nesse momento, as praias de João Pessoa. Apaixonados pelo mar e mantendo reserva quanto a sua vida privada, os proprietários veem o terraço da casa como local adequado para as ocasiões especiais, e não mais o local de receber para o cafezinho no final da tarde. O grande jardim permite que se contemple a paisagem; elevado acima da rua, mantém a devida distância entre os que passam e os que fazem parte do círculo íntimo. Solução similar à adotada pelo arquiteto Carlos Alberto Carneiro da Cunha.

A intimidade é também a tônica de duas casas de outra arquiteta, a pernambucana Berenice Fraga do Amaral. O pátio interno da casa do médico J. M. da C., que originalmente seria totalmente aberto como casas ibéricas, foi executado, a pedido da proprietária, com um sistema pergolado, devido a questões de segurança (Figura 22). A construção foi feita com laje plana, de concreto pré-moldado (sistema vigotas e blocos cerâmicos)

que funciona como um forro, com altura única (pé-direito de 2,80 m). Essa laje de forro é recoberta com um telhado em quatro águas no bloco principal e impermeabilizada na área de serviço e na edícula.

Figura 22
Visualização da solução
de cobertas
*Fonte: Adaptada do
ARCEN/PMJP*



A coberta em laje plana, com sobreposição de telhas canal em quatro águas, é usada como elemento de conforto, formando um colchão de ar, para amenizar a tramitância térmica da insolação que incide sobre o telhado. Posteriormente, a coberta teve que ser mudada, devido às chuvas que incidiam sobre o telhado, o qual precisou ser recoberto, a fim de se evitar possível “inundação” causada pelas chuvas. A cliente também exigiu que a casa tivesse “uma aparência de casa e não se parecesse com um hospital”.



Figura 23
Corte esquemático com ventilação predominante,
demonstrando a exaustão pelo vazio do pátio descoberto
Fonte: ARCEN/PMJP. Desenhos de Roberta Xavier da Costa, 2011

Fica evidenciada a preocupação em manter a ventilação natural, com o uso de energia passiva. Atualmente tão desejado por todos os projetistas, esse aspecto é detalhadamente estudado e proposto nessa casa, como se observa no corte esquemático acima.

Nessa casa, duas características são destacadas: a circulação centrífuga e o uso do pátio como elemento articulador que contribui para estabelecer fluxos hierárquicos entre os usuários (empregados, visitantes e proprietários). A escolha de fluxos indica a intenção de uso e distinção de usuários do espaço doméstico, como apontado em casas anteriores. A distribuição de fluxos remete a casas de fazenda, onde senhores ficavam em ambientes distintos daqueles destinados aos empregados. A aparência que remete a uma casa de fazenda foi intencional e, segundo sua proprietária, um pedido dela mesma.

Dois anos depois de construída essa casa, a arquiteta Berenice do Amaral e Silva reeditou o tema do pátio central pergolado como elemento de comunicação em sua própria casa, construída como habitação permanente, na Avenida Marcionília da Conceição, no Cabo Branco. O projeto aprovado no início de 1974 foi executado no mesmo ano pelo mestre de obras Sr. Otávio, e concluído no ano seguinte.

O lote de meio de quadra com frente para Oeste, resultou em uma casa bem inusitada para os padrões paraibanos da época. Dimensionada a partir da modulação do bloco de concreto e das dimensões dos vários elementos pré-moldados que compunham a construção, a casa da arquiteta não tem terraço, tem poucas aberturas para a rua e foi aberta para os fundos do lote, onde foi programada uma área de convívio ao ar livre, ou seja, não tem um quintal nos fundos do lote. A ideia era de informalidade

no uso e na fluidez do espaço. Os elementos pré-moldados e em concreto tinham como objetivo tornar a casa mais prática e fácil de manter, com menor número de auxiliares, como também adaptá-la à informalidade da casa de praia. A arquiteta fez uso de redes, resgatando hábitos vinculados à cultura da região.

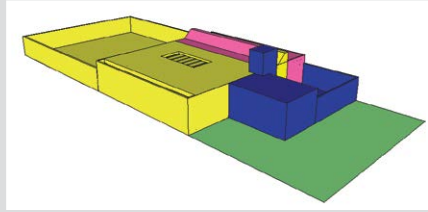
O projeto buscava modular os ambientes através dos elementos básicos da construção, e tentava experimentar uma solução técnica para residências, pouco repetida localmente: o bloco pré-moldado de concreto e a laje plana impermeabilizada.

A edificação foi implantada ocupando a porção central do lote. O recuo frontal exigido por lei foi incorporado à rua, sem qualquer elemento demarcatório, seja muro ou gradil. O passeio público foi ampliado, e essa porção privada do lote passou a formar uma continuidade com a rua. Os recuos laterais se incorporaram ao interior da edificação, com a adoção de sistema pergolado (galerias).

O mesmo sistema também foi adotado no pátio interno. A casa é térrea, pousada no solo e elevada em um único nível, a 20 cm do passeio público. O projeto tem uma implantação que implica o sentido de intimidade familiar, sendo o lote dividido em duas parcelas: o público e o privado. Toda a área construída interna é integrada à área livre, abrindo-se para pátios internos.

Uma característica marcante dessa casa é a integração com a natureza, a implantação ocupando os recuos laterais com galerias – sistema pergolado, como informamos anteriormente. No interior, a abertura na cobertura, usando o mesmo sistema de pérgulas, forma o pátio interno e garante uma iluminação constante para os ambientes do jantar e a circulação entre os quartos.

Figura 24
Maquete esquemática
da ocupação por
divisão de setores
Fonte: Costa (2011)



Os blocos são separados por uso – social e íntimo para o maior, e serviço para o menor. A área do jantar congrega todas as circulações e articula todos os ambientes da casa. O caráter intrínseco dessa casa é a ligação casa/natureza, com pátios isolados por função, sugerindo a ideia de que o jardim entra na casa. O serviço é colocado à frente do lote.

A planta é aberta, com espaço fluido e integrado ao exterior. A comunicação entre os ambientes sociais é visual e espacial. A cozinha é do tipo corredor. Toda a planta se volta para dentro; a vocação da casa é social. O setor íntimo está em um volume separado, com acesso direto para a sala, através de uma circulação aberta para o pergolado central, que distribui os fluxos da casa.

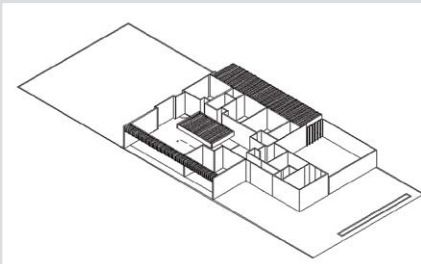


Figura 25
Maquete de divisão
dos ambientes
*Fonte: Adaptada
do ARZEN/PMJP*

A maquete volumétrica mostra as atividades de serviço à frente do terreno e a área social ocupando a maior parcela

deste. A casa é voltada para o interior e para o convívio íntimo. Os quartos dando direto para a área social reproduzem o padrão de abertura das casas coloniais implantadas em lotes estreitos.

A intenção dos arquitetos foi conceber um espaço que fosse fluido, sem muitas divisões, sem corredores. As paredes e lajes são deixadas ao natural, sem revestimento (apenas as paredes internas recebem pintura branca, e os banheiros e cozinha pintura epóxi). O piso em cimento queimado e as esquadrias em madeira – utilizando venezianas e folhas de vidro – celebram a cultura construtiva, reeditando práticas vernaculares, como as paredes-meias dos quartos.

Além dos elementos construtivos industrializados, detalhes da construção foram projetados pelos arquitetos, a exemplo dos mobiliários fixos em concreto, como sofá, aparador para o jantar, armários dos quartos e da cozinha, estante da área de estudos e bancos que limitam o pátio interno e os quartos. Nesse ponto o mobiliário também evoca uma tradição construtiva vernacular, própria das varandas de casas de fazenda e engenhos: janelas com peitoril baixo em altura de bancos. Essa prática de detalhar móveis e executá-los em placas de concreto será uma constante na obra desses arquitetos, e irá se popularizar junto a outros profissionais, em especial na segunda metade da década de 1970.

Surgem também casas com maior rigor e sofisticação e com pesquisas direcionadas a busca de soluções de conforto ambiental, como a casa projetada por Carlos Alberto Carneiro da Cunha para um médico na Av. Cabo Branco.

Nessa residência, o telhado de quatro águas apresenta soluções inusitadas, e os ambientes são distribuídos em diagonal

– uma clara intenção da busca por soluções que favoreçam a captação dos ventos dominantes.

Do jardim frontal, é possível se chegar ao interior da casa por rotas diferentes para cada setor: para o social, chegando pelo terraço; para o íntimo, através da passagem lateral ou pelas varandas dos quartos e da sala de estar; e, para o setor de serviço, indo através do terraço de serviço ou do quintal.

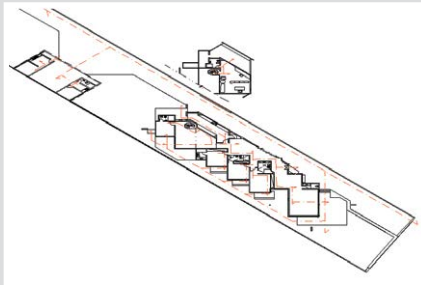


Figura 26
Diagrama de fluxos
e circulação interna
*Fonte: Adaptada
do ARCEN/PMJP*

O terraço social é um espaço de transição entre o jardim e a área de estar; o acesso desse ambiente para a parte interna da residência é feito pela esquadria do living. O hall dá acesso à área lateral, e constitui uma entrada, para quem chega de carro, diretamente para a área íntima; do hall de entrada se distribui o fluxo de circulação para o setor íntimo e social, constituindo o acesso íntimo. Do terraço de serviço, chega-se à cozinha. Essa asa tem um complexo padrão de distribuição de fluxos. São quatro níveis de acesso: o íntimo, da família; o de clientes do médico; o de empregados; e o de visitantes. Pode-se chegar à área de serviço por três acessos distintos: dois laterais da frente da casa, e um da rua de fundo do terreno, mesmo acesso possível para a garagem.

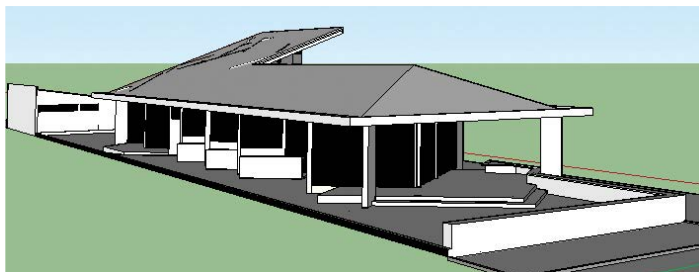


Figura 27 – Vistas em perspectiva, com relação de aberturas
Fonte: Adaptada do ARCEN/PMJP

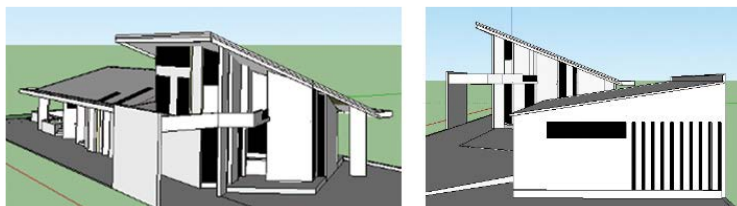


Figura 28 – Vistas em perspectiva, com relação de aberturas
Fonte: Adaptada do ARCEN/PMJP

A ideia do fluxo de banhistas separado do de outros usuários também está posta, assim como o jardim em um patamar mais elevado, para que se possa apreciar a vista da praia – como em outras casas do arquiteto identificadas nesta pesquisa.

A casa pode ser lida segundo movimentos de adição e subtração da forma (CHING, 1999): é um paralelepípedo retangular, deitado, recortado na diagonal, coberto por um plano horizontal adicionado de um prisma piramidal.

A essa volumetria foi adicionado um segundo prisma vertical com base retangular, recortado em arestas na diagonal do terreno, o qual é recoberto com um plano de cobertura inclinado. O segundo bloco dos serviços é um prisma de base

retangular com forma trapezoidal. Na visão de quem vê a casa na direção oeste, esses dois blocos criam a ilusão de telhados invertidos.

As casas de Carlos Alberto Carneiro da Cunha nesse período alcançam maior sofisticação não apenas em relação a questões relacionadas ao conforto mas também em relação ao programa residencial. É esse arquiteto que, sem dúvida, consegue melhor traduzir a ideia de um morar praiano. O programa doméstico foi expandido para contemplar atividades de lazer, o que denominamos “casa clube”, em escolhas estéticas, pois é uma das primeiras em que a diferenciação entre elementos portantes e vedações é utilizada.

A casa projetada para um usineiro da família R. C., já mencionada anteriormente, tem composição da volumetria que chama a atenção, formada por três blocos, prismas retangulares horizontais unidos por um plano único horizontal: a cobertura. O pavimento superior é um prisma retangular sobreposto ao prisma do pavimento térreo, de base recuada. O bloco central é recuado do plano da cobertura, e um terceiro prisma é adicionado no setor de serviço.

A caixa d'água é um prisma vertical alongado, sobreposto aos blocos, cuja verticalidade é “quebrada” por um plano horizontal, cuja função e uso não estão definidos no projeto⁴⁵. O prisma posterior é pousado sobre o solo, com base quadrada. Na direção noroeste, é adicionado um pequeno cubo, que descentraliza o olhar.

⁴⁵ Na visita de levantamento de campo, como esta área da casa estava deteriorada e com muitos entulhos, não foi possível ter acesso para averiguar sua utilização. Supomos que se trata de uma laje para auxiliar na manutenção da caixa d'água, e que o arquiteto usa como recurso estético.

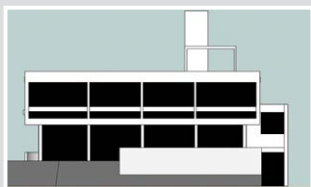
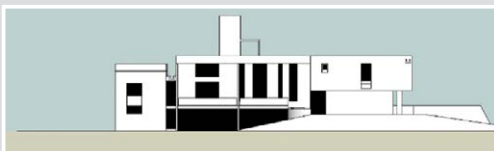
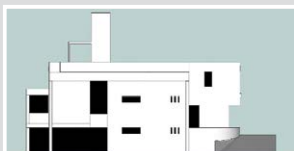
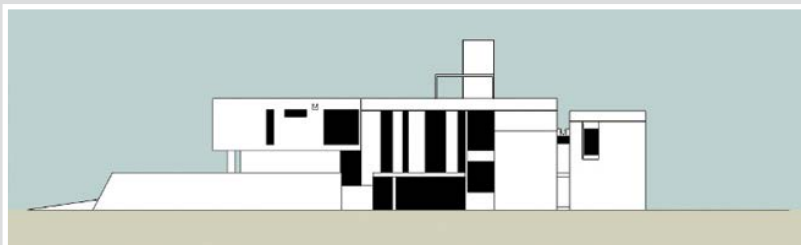


Figura 29
Fachadas em sequência:
Sudeste, Noroeste, Sudoeste
e Nordeste
*Fonte: Adaptadas
do ARCEN/PMJP*



A leitura do conjunto é horizontal e contínua. Na fachada frontal, a simetria é marcada no eixo do peitoril da varanda. São três planos contínuos e horizontais: o talude, o peitoril da varanda e a viga/platibanda de coberta. Há, entre esses três planos, um vazio contínuo, marcado com uma figura retangular no térreo que se repete acima da coberta, formando um plano contínuo, paralelo ao solo.

A composição é em planos, com referências neoplasticistas na disposição das aberturas. O arquiteto procura um senso de equilíbrio e harmonia assimétricos, mais uma vez trazendo à tona os elementos inovadores das casas praianas.

Nossas modernas casas das praias de João Pessoa

Considerando a análise realizada na Parte 1 deste livro e os indícios evidenciados nos exemplares estudados, podemos entender que, em relação aos aspectos do lugar, a maioria das casas da orla de João Pessoa está localizada em terrenos à beira-mar, onde a área edificável se inicia com dez metros do limite frontal do lote. A maior parte das construções foi realizada em terrenos de meio de quadra e a localização preferencial foi o bairro do Cabo Branco.

Os terrenos foram considerados planos, uma vez que a diferença de nível na área desse estudo não ultrapassa 30 cm. No entanto, no período entre 1960 e 1974, essa área ainda não tinha sido saneada, havendo uma exigência da PMJP para que as casas fossem elevadas a 0,80 cm do nível da rua⁴⁶. Essa sapata mais elevada era produzida com aterro, que muitas vezes começava no jardim. Provavelmente por questões de custo, muitos projetistas escolhiam usar meio-níveis. Em casas de dois pavimentos, por vezes a porção frontal era elevada, e a posterior escavada no terreno, produzindo uma “topografia artificial”.

Relacionada a essa especificidade da fundação, outra solução encontrada foi iniciar o aterro no jardim que ficava sobre um platô (era essa a denominação nos projetos) elevado em relação à rua. Essas soluções foram adotadas apenas em casas à beira-mar, e permitia não só que, do interior, se tivesse uma melhor apreciação da paisagem mas também que a área do jardim fosse usada como continuidade do terraço, reforçando o

46 De acordo com documentação identificada no ARCEN/PMJP, essa recomendação de elevação da sapata de no mínimo 60 cm do nível da rua era carimbada nas plantas de todas as construções desse período.

hábito de receber no espaço de transição público/privado aberto à contemplação do mar.

Em relação aos limites laterais, assim como as casas nacionais e internacionais, as casas da orla são soltas nos quatro limites, o que não garante a visão em perspectiva cubista. A edícula, prevista desde o projeto original, permanece. A maioria das casas é pousada no solo e tem dois pavimentos com semi-pilotis, ou seja, com ocupação parcial do pavimento térreo.

Em relação aos aspectos funcionais e espaciais, em casas de dois pavimentos, o esquema mais utilizado foi três quartos no pavimento superior com varandas contíguas, cobrindo os terraços frontais – em geral com pilares as apoiando –, além do terraço como área de convívio. A sala abrigando as atividades de estar e jantar foi recorrente. O jardim, como já comentado, foi também utilizado como espaço de convívio e não apenas como “sobra de terreno”, o que, em algumas casas, foi demonstrado com um tratamento paisagístico para esta área.

A piscina, que é um elemento que indica a integração e uso voltado para o lazer de áreas externas, foi encontrada em duas casas, no período. As piscinas não foram programações do projeto inicial – em ambos os casos são reformas, localizadas dentro dos recuos posteriores do terreno, sinalizando que o quintal já não é exclusivo de atividades de serviço, o que indica uma maior sofisticação no programa da casa. Além dessas duas reformas, os recuos posteriores do terreno como área de lazer também foram utilizados em duas outras casas.

Outra característica comum ao conjunto das casas foi a multiplicidade de acessos; entre a rua e a edificação em geral, se distinguiram os acessos de veículos e pedestres, e no interior do lote os acessos de pedestres eram distintos por

usos (social, serviço e íntimo – este último às vezes se dividia em dois, originando uma entrada de banhistas). Em relação às especificidades programáticas, foi observada uma duplicidade de áreas de refeições: uma para refeições nobres e outra para refeições diárias.

O mezanino como espaço de uso, encontrado nas casas nacionais e internacionais, ocorreu em uma casa. A interpretação local para esse espaço foi uma circulação aberta dos quartos localizados no pavimento superior, comunicando-se visualmente com a sala. A pérgula foi usada em algumas casas, externa à edificação, como proteção para a insolação da parede. Com localização interna, identificaram-se pérgulas também em duas ocorrências, e uma delas como ponto marcante do projeto. O terraço-jardim foi pouco usado. Aparentemente, a questão do custo de manutenção que esse tipo de solução exigia já havia sido incorporada à cultura construtiva local. Assim como nas casas nacionais, todas as casas da orla têm setorização (social, íntimo e serviço).

Em relação aos aspectos construtivos, predominou a solução de combinar estrutura independente com alvenaria portante. A ossatura independente no esquema Dom-ino só foi observada em uma casa. Nas demais, a independência entre estrutura e vedação era evidenciada pela distinção de materiais de sustentação e vedação. A cobertura combinada de laje plana, sobreposta a um telhado de quatro águas), foi quase tão recorrente quanto a solução de laje inclinada em concreto, com sobreposição de telhas canal sem madeiramento.

Assim como nas casas nacionais, predomina o uso de pilares/vigas/lajes em concreto armado in loco; nas casas dos anos 1960 e 1970, pilares e vigas moldados in loco são combinados

com elementos pré-fabricados, como lajes de trilhos de concreto e blocos cerâmicos. Mesmo com a independência estrutural, seguindo a tendência nacional, as vedações são em alvenaria de tijolos.

Acerca dos aspectos estéticos, destacamos que a maioria das casas tem volumetria trapezoidal e, em relação à axialidade, as casas da orla se diferenciam das nacionais e internacionais, pois nas composições se privilegia o eixo de simetria, especialmente no que se refere a enfatizar a fachada frontal. A exposição dos materiais ao natural foi a solução mais empregada, embora as condições climáticas locais indiquem a necessidade de revestimento como proteção da edificação.

Cabe ressaltar que um modelo recorrente nas casas da orla foi o tipo térreo, com o telhado em quatro águas se alongando para recobrir o terraço – identificado em dez casas, dando à construção um ar de “casa de fazenda”.

Essa mostra pode ser considerada como singular, mas de fato é essa a intenção da proposição: atentar para a singularidade que representa a cultura arquitetônica e (por que não?) o patrimônio que deve ser (re)conhecido e divulgado como sinônimo de especificidade local.

CONCLUSÕES

Essas construções indicam características da produção das casas modernas da orla marítima. Aparecem tanto anacronismos – como uma casa com banheiros com duas portas – quanto soluções que sinalizam uma preocupação em construir melhor. Porém, os resultados nem sempre serão exclusivos dos arroubos inventivos dos talentosos projetistas brasileiros, como é propagado pela historiografia. As intervenções diretas de seus usuários – principais interessados nesses objetos arquitetônicos – talvez tenham contribuído para definir as características da arquitetura moderna residencial, onde, sem dúvida, a criação é mais “coletiva”; uma teia de atores clientes, arquitetos, engenheiros e executores, que contextualizam respostas diversas.

Essa diversidade de “componentes” não é exclusividade da produção local; isso também é visto nas casas internacionais e nacionais, que expressam uma miríade de soluções ou interpretações das várias arquiteturas modernas do século XX.

Os exemplos de casas da orla são muitos, e cada uma delas tem aspectos singulares, embora também apresentem pontos em comum. As casas nacionais, entretanto, nem sempre são os modelos seguidos. As características da casa Hungria Machado, por exemplo, que será tida como símbolo de tradição e modernidade, não aparecem nas casas da orla no período que definimos como recorte, mas apenas no período anterior a este. No entanto, a casa de praia do Conde Raul Crespi, projetada por Warchavisky, parece ter sido mais reproduzida no que diz respeito às soluções programáticas – como a entrada exclusiva para banhistas –, e de cobertura – como a linha do telhado

escondida pela platibanda. As telhas industrializadas usadas em duas casas locais parecem não se referir à Casa do arquiteto Sergio Bernardes, considerando que esse arquiteto carioca tem forte atuação em obras públicas da cidade nesse período.

O que nos aflora, é a especificidade de alguns elementos que, independente de linhas de filiações, parecem estar contidos particularmente aqui, nessas casas. O objetivo posto foi o de oferecer ao leitor um panorama historiográfico da arquitetura residencial moderna na cidade de João Pessoa, especificamente na área dos bairros de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra, relacionado à produção internacional e nacional.

Buscamos atender às questões:

- a) Haveria uma predominância de elementos modernos sendo utilizados como fórmulas?
- b) Em que medida a especificidade do lugar (a praia), dos hábitos (a cultura) e dos atores (clientela e projetistas) alteraria as características modernas das casas da orla marítima?
- c) A genealogia das casas modernas apontaria para a produção local?
- d) As casas da orla seriam filiações dessa linhagem?

Segundo as verificações, os cinco pontos de Le Corbusier não foram adotados nas casas pessoenses. A junção tradição e modernidade foi uma questão que também nos pareceu espinhosa. Podemos, no entanto, considerá-la em relação aos aspectos programáticos.

Confirmando em parte a bibliografia, identificamos que a setorização das casas modernas da orla marítima, assim como outras nacionais, continua apartando os empregados.

As casas da orla são soltas no lote, e assim como as casas nacionais, são implantadas em terrenos de meio de quadra, obedecendo a recuos mínimos, o que não significa necessariamente que a expectativa da visão cubista, na qual o objeto (o edifício) é visto em perspectiva, seja atendida.

Os projetistas liberavam do terreno apenas os recuos mínimos exigidos pela legislação municipal, em muitos casos privilegiando as fachadas mais visíveis. Isso não chega, no entanto, a respostas de projeções do tipo “frente-fundo” como as de Artigas, onde as fachadas frontal e posterior da edificação são iguais.

O modernismo de fachada foi mais recorrente nos anos 1960, em que, muitas vezes, valendo-se de requisitos permitidos pela legislação municipal da época, os projetistas atendiam a um programa mais extenso, avançando o pavimento superior na direção das divisas laterais do lote, o que era mais frequente em terrenos estreitos, como na Casa M. G. F.

Elevadas parcialmente do solo, nessas casas, os quartos são organizados acima do terraço, e a solução híbrida de semi-pilotis segue dois modelos: recobertos pela varanda dos quartos do pavimento superior ou, conforme dois dos casos vistos, com disposição em L, liberando parte do pavimento térreo, como nas casas da Vila Zula Miranda.

Nas casas da orla marítima de João Pessoa, o terraço – que é mais recorrente nas casas internacionais e menos incidente nas casas nacionais – é um espaço de celebração por excelência. Esse ambiente, que até a década de 1960 é generoso, aberto para a paisagem e aparece no nível da rua, nos anos 1970 surge como continuidade do jardim, elevado em um platô.

O teto-jardim foi encontrado em três casas na década de 1970, sinalizando que nessa década os construtores já tinham um maior domínio nas técnicas construtivas. Dessas casas, a Casa de F. F. (1974), de autoria de Carlos Alberto Carneiro da Cunha, foi a residência da orla que melhor empregou esse elemento e que se mantém até hoje com esse uso.

Houve também mudança programática, como a duplicidade de áreas para refeições, encontrada em casas de veraneio, como a do Cel. R. M.B., em casas de moradia permanente ou outras mais formais, como a casa do médico F. B. P.

Em algumas casas havia duplicidade de acesso nas áreas íntimas, como na casa de W. G. de A. e na de J. R. C., reproduzindo uma solução adotada por Warchavick, na Casa do Conde Raul Crespi.

Quase todas as casas estudadas na orla marítima de João Pessoa apresentavam setorização, seguindo os princípios do paradigma dos setores – divisão da residência em três zonas distintas: estar, descanso e serviços (AMORIM, 2001; LEMOS,1999). Em muitas delas estava presente a planta aberta ou livre de barreiras físicas, permitindo a apreensão visual tanto do exterior, através de grandes aberturas, como do interior, com uso de pavimentos intermediários (mezaninos), passeios arquitetônicos por rampas e escadas. Isso não significava, porém, acesso irrestrito ou de comunicação entre os diversos setores. Em geral, a estratégia projetual era de que um espaço ou elemento se distinguísse como núcleo articulador entre estes.

Quanto às soluções de cobertura, as casas da orla apresentam lajes planas recobertas com telhas e disfarçadas por vigas de concreto (platibanda). O material usado mudou entre as

décadas: nos anos 1960 eram telhas cerâmicas, nos anos 1970 em fibrocimento.

Como artifício para que as vigas que “escondiam” essa cobertura ficassem delgadas e baixas, era necessário dividir o telhado em várias águas menores, distribuídas sobre a laje plana de concreto pré-moldado, o que em geral resultava em processos de infiltrações constantes, segundo depoimento de alguns proprietários. Provavelmente essa dificuldade gerou a adoção da segunda solução muito difundida principalmente nos anos 1970: o telhado de quatro águas.

Em relação às boas práticas de adequação climática, foram poucas as casas que realmente apresentaram soluções eficientes. O pátio pergolado central, indicado na literatura como sendo adequado para que a renovação constante de ar no interior acontecesse, gerou, nas casas praianas de João Pessoa, problemas de infiltração e alagamento. Esse problema ocorria devido às chuvas intensas do litoral, sendo necessário que, em um momento posterior, fossem providenciados mecanismos de proteção para essas áreas.

Como comentado, esses projetistas, sejam eles engenheiros ou arquitetos, estavam em busca de experimentações. Não se tinha uma fórmula, os componentes iam sendo combinados, mas aqui já se percebe uma distinção: as casas projetadas por arquitetos são as mais eruditas, embora existissem também engenheiros habilidosos, como Newton Maia, que projeta a casa de D. V. de M. O projeto desse engenheiro foi o que mais se aproximou dos preceitos da arquitetura moderna. Essa casa ofereceu uma das soluções mais engenhosas, tanto do ponto de vista programático como do formal. Mas como classificá-la? Como releitura não erudita? Na verdade, como dissemos

anteriormente, a casa de Newton Maia parece justamente a que melhor compreende a especificidade do programa praieiro, compactando-o num grande terraço sob pilotis, diferente dos terraços herdados da colônia. Não seria essa justamente a casa mais “moderna”?

Considerar a arquitetura residencial moderna como evolução genealógica originada de uma mesma matriz de DNA não seria um processo redutor? Estando a modernidade da arquitetura paraibana em processo de (re)conhecimento, adotar vertentes e filiações nesse momento de construção historiográfica contribuiria de fato com conhecimento dessas também modernas arquiteturas?

Os exemplares estudados, embora com expressões de diversas arquiteturas, quando observadas a partir da predominância de determinados elementos isolados, podem ser classificados como modernos.

O recorte pontual serve para compreender um detalhe da produção residencial moderna brasileira, permitindo que novos olhares sejam construídos sob a mesma ótica ou temáticas afins, integrando, dessa forma, os processos de investigação acadêmica para o reconhecimento da Arquitetura Moderna na Paraíba. E para que se entenda, afinal, **Que modernidades são essas?**

REFERÊNCIAS

ACAYABA, Marlene Milan. **Residências em São Paulo 1947-1975**. São Paulo: Projeto, 1986.

AMORIM, Luiz Manuel do Eirado. Modernismo recifense: uma escola de arquitetura, três paradigmas e alguns paradoxos. **Arquitextos**, São Paulo, ano 1, n. 12.03, Vitruvius, maio 2001.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte moderna: do iluminismo aos movimentos contemporâneos**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1992.

ARQUIVO CENTRAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA. Setor de arquivamento dos Processos de Habite-se. **Consulta as caixas com processos com o título: “Anos diversos”, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977 e 1978**. João Pessoa: ARCEN/PMJP, 2008/2009.

ARTIGAS, J. B. Vilanova. **Os Caminhos de Arquitetura Moderna**. São Paulo: LECH, 1981.

_____. **A Função social da arquitetura**. São Paulo: Nobel, 1989.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BUZZAR, Miguel Antônio. A Idéia de uma Casa Brasileira. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 5., 2003, São Carlos. **Anais...** São Carlos: USP, 2003, Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/127R.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

CAVALCANTI, Lauro; LAGO, André Corrêa do. **Ainda Moderno? Arquitetura Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Nova Fronteira, 2005.

CHEVREL, Yves. **La littérature comparée**. Paris: Presses Universitaires de France - PUF, 1997.

CHING, Francis D. K. **Arquitetura Forma, Espaço e Ordem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. A casa unifamiliar e tradição moderna: notas para uma história inconclusa. **AU Arquitetura e Urbanismo**, n. 148, p. 68-71, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/148/artigo23043-1.asp> (7 of 7)>. Acesso em: 24 jul. 2009.

CONDURU, Roberto, *et al.* **Lucio Costa: um modo de ser moderno**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

CORBUSIER, Le. **Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

_____. **Por uma arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

COSTA, Roberta Xavier da. **Casas modernas da orla marítima de João Pessoa (1960 e 1970)**. 2011. 222 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

CURTIS, William J. R. **Modern Architecture since 1900**. Londres: Phaidon, 1982.

DI LASCIO, Mario Glauco, **Entrevista** concedida pelo Arquiteto e Prof. Mario Glauco Di Lascio, em 07 jun 2009, 20 jan 2010, 05 maio 2010. João Pessoa: Paraíba.

DE FUSCO, Renato. **Historia de la Arquitectura Contemporánea**. Madrid: Celeste Ediciones, 1992.

DIAS, Marcelo Azenha. **Arquitetura Moderna na Praia - Residências na Praia de Pernambuco, Guarujá.** São Paulo: Mackenzie, 2009.

DIEB, Marília de Azevedo. **Áreas Verdes Públicas da Cidade de João Pessoa: Diagnóstico e Perspectiva.** 1999. Dissertação (Mestrado)– Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

FEITOSA, Alexandre; MEIRA,Flora. **Registro da Arquitetura Moderna Residencial na Orla de João Pessoa. Residência Flávio Ribeiro Coutinho.** Trabalho apresentado na disciplina Estágio Supervisionado V, João Pessoa: UFPB, 2008.

FERRAZ, G. **Warchavchik e a Introdução da Nova Arquitetura no Brasil: 1925 a 1940.** São Paulo: Museu de Arte de São Paulo, 1965.

FRAMPTON, Keneth. **História crítica da arquitetura moderna.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FREYRE, G. **Sobrados e Mocambos.** 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1991.

FROTA, Lélia Coelho. **Alcides Rocha Miranda: caminho de um arquiteto.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

GORELIK, Adrián. **Das vanguardas a Brasília. Cultura urbana e arquitetura na América Latina.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.

GUERRA, Abílio. Historiografia da arquitetura. **Resenhas online**, São Paulo, ano 1, n. 001.11, Vitruvius, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/01.001/3268>>. Acesso em: dez. 2010.

HECK, Marcia. **As casas modernas cariocas.** 2005. 511 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)–UFRGS/FAU/PROPAR, Porto Alegre, 2005.

HITCHCOCK, Henry-Russel. **Arquitectura de los siglos XIX y XX**. Barcelona: Manuales Arte Catedra, 1976.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, Rio de Janeiro, IBGE, 1957-1964, 36v. reedição em CD-ROM, 18 cds. Rio de Janeiro, IBGE, 2000.

LARA, Fernando. **Popular Modernism: an analysis of the acceptance of modern architecture in 1950s Brazil**. Tese (Doutorado)–University of Michigan Michigan, EUA, 2001.

LEMOS, Carlos A. C. **A República ensina a morar (melhor)**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. **Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

MARQUES, Sônia. Arquitetura Brasileira, uma pós-modernidade mais do que contraditória. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v. 5, n. 1, p. 82-95, 1999.

MARQUES, Sonia; NASLAVSKY Guilah. Estilo ou causa? Como, quando e onde? Os conceitos e limites da historiografia nacional sobre o Movimento Moderno. **Arquitextos**, São Paulo, ano 1, n. 011.06, Vitruvius, abr. 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.011/903>>. Acesso em: 28 abr. 2008.

MIGUEL, Jorge Marão Carnielo. **A Casa. Residências projetadas por Vilanova Artigas e Rino Levi**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

MINDLIN, Henrique E. **Arquitetura moderna no Brasil**. 2. ed. Tradução: Paulo Pedreira. Rio de Janeiro: Aeroplano/ IPHAN, 2000.

Modenatura. In: FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda. **NOVO Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. São Paulo: POSITIVO / DIDÁTICOS, 2010.

MOREIRA, Fernando Diniz (Org.). **Arquitetura moderna no Norte e Nordeste do Brasil**: universalidade e diversidade. Recife: FASA, 2007.

MOREIRA, Raphaela Cristhina Claudino. **A questão do gabarito na orla marítima de João Pessoa (bairros de Manaíra, Tambaú e do Cabo Branco)**. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo)– Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

NASLAVSKY, Guilah. **Arquitetura Moderna em Pernambuco, 1951-1972. As contribuições de Acácio Gil Borsoi e Delfim Fernandes Amorim**. 2004. 270 f. Tese (Doutorado em estruturas Ambientais e Urbanas)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São paulo, São Paulo, 2004.

NIEMEYER, Oscar. **A Forma na Arquitetura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

NORWICH, Jonh Julius. **Le grand livre de l'architecture mondiale**. Bruxelas: Sequoia, 1976.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PAPADAKI, Stamo. **Oscar Niemeyer**. Milano: Saggiatore, 1961.

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros. **Difusão da Arquitetura Moderna na cidade de João Pessoa (1956-1974)**. 2008. 276 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo)–, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

PETER, John. **The oral history of modern architecture: interviews with the greatest architects of the twentieth century.** New York: Abrams, 1994.

PIÑON, Helio. **Curso básico de proyectos.** Barcelona: Edicions UPC, 1998.

_____. **Teoria do Projeto.** Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2006.

POLIÃO, Marco Vitruvio. **Da Arquitetura.** Tradução Julio Kantinsky. São Paulo: Hucitec, 1999.

RAGON, Michel. **Historie de l'architecture ete de l'urbanisme modernes.** Vols. I, II, III. Paris: Essais, 1986.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1995.

ROWE, Colin. **The Mathematics of the Ideal Villa and other essays.** Cambridge: MIT Press, 1976.

SÁ, Marcos Moraes de. **Ornamento e Modernismo. A construção de imagens na arquitetura.** Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900 – 1990.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SCULLY JR., Vincent. **Arquitetura Moderna.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

SILVA, Geraldo Gomes da, *et al.* **DELFIN AMORIM – ARQUITETO.** 2. ed. Recife: Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Pernambuco, 1991.

SILVA, Izabel do Amaral e. **Um olhar sobre a obra de Acácio Gil Borsoi: obras e projetos residenciais 1953 – 1970**. 2004. 238 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)–, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.

TINEM, Nelci. **O alvo do olhar estrangeiro. Brasil na historiografia da arquitetura moderna**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

VASCONCELOS FILHO, João Manoel de. **O processo histórico da produção da estrutura fundiária urbana no litoral norte de João Pessoa e sua importância para a compreensão da segregação socioespacial**. Tese de doutorado em Geografia Urbana, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2010.

VERISSÍMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallmann. **500 anos da casa no Brasil: as transformações da arquitetura e da utilização do espaço de moradia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

WESTON, Richard. **A casa no século XX**. Lisboa: Blau, 2002.

_____. **Plantas, cortes e elevações: edifícios-chave do século XX**. Barcelona: Gustavo Gili, 2005.

XAVIER, Alberto (Org.). **Razões para uma nova arquitetura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

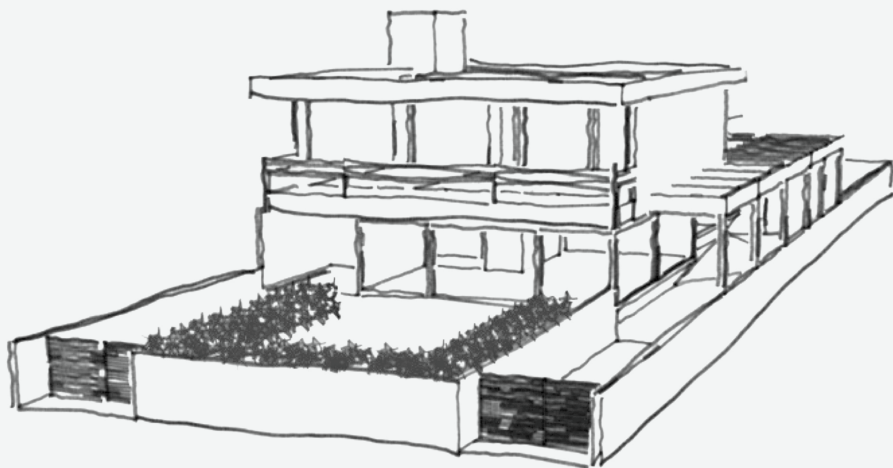
ZEIN, Ruth Verd. **A arquitetura da escola paulista brutalista 1953-1973**. 2005. 358 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) –FAU-UFRGS, Porto Alegre, 2005.

ZEVI, Bruno. **A linguagem moderna da arquitetura**. Lisboa: Dom Quixote, 1984.

_____. **História da Architectura Moderna**. Lisboa: Arcádia, 1970.

_____. **Saber ver a arquitetura.** 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Este livro é resultado da dissertação de mestrado da autora e estuda casas modernas nos bairros de Cabo Branco, Tambaú e Manaíra na Orla Marítima de João Pessoa, entre os anos 1960 e 1974. Faz uma revisão bibliográfica cotejando discurso e imagem das casas modernas mais citadas pela bibliografia internacional e nacional. Em um roteiro livremente inspirado da tríade vitruviana e com a técnica de redesenho e realizamos uma comparação analítica com os exemplares locais, e identificamos essa produção praiana com as Arquiteturas Modernas Brasileiras, do início ao fim questiona-se: Que modernidades são essas?



ISBN 978-85-63406-92-7



9

7 8 6 5 6 3

4 0 6 9 2 7



INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

